



**12.ª COMISSÃO DE CULTURA, COMUNICAÇÃO, JUVENTUDE E DESPORTO**

**AUDIÇÃO 69-CCCJD-XV**

9 de janeiro 2024

(17:00-23:24)

**Ordem do dia:** Audição, a requerimento do Grupo Parlamentar do BE, do Presidente da Comissão Executiva do Global Media Group, José Paulo Fafe, sobre o Global Media Group.

**Entidades Ouvidas:**

Administração do Global Media Group

José Paulo Fafe

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, vamos dar início à nossa reunião.

*Eram 17 horas.*

Temos nesta ordem do dia a audição, a requerimento do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, do Presidente da Comissão Executiva do Grupo Global Media, José Paulo Fafe, a quem agradeço a presença.

Vamos utilizar — acho que já todos a interiorizámos — a grelha que temos utilizado nestas audições. Começa, então, o grupo parlamentar requerente, dispondo de 5 minutos para colocar as questões que entender. O nosso convidado terá 5 minutos para responder e, depois, segue-se a intervenção de cada grupo parlamentar, seguida de resposta individualizada com 5 minutos, respetivamente. No final, o grupo parlamentar requerente que, neste caso, é o Bloco de Esquerda terá 2 minutos para voltar a fazer questões.

O Presidente da Comissão Executiva do Grupo Global Media pediu-me para fazer uma declaração prévia. Pergunto se algum grupo parlamentar vê algum inconveniente nisso.

*Pausa.*

Não havendo oposição, vamos, primeiro, dar a palavra, para a declaração prévia, ao Presidente da Comissão Executiva do Grupo Global Media e, depois, passamos a palavra ao Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Quero agradecer, mais uma vez, ao José Paulo Fafe por estar presente e dou-lhe a palavra para essa declaração prévia.

O Sr. **José Paulo Fafe** (Presidente da Comissão Executiva do Global Media Group) — Muito obrigado, Srs. Deputados, vou ser muito breve.

Antes de mais, queria começar com uma nota muito pessoal. Quem me conhece, e há algumas pessoas que me conhecem estão nesta sala, sabem bem a angústia em que vivo desde que, no final do mês passado, nos deparámos, eu e toda a Comissão Executiva, com a impossibilidade de processar os salários do mês de novembro. Já antes, o não pagamento do subsídio Natal...

O Sr. **Presidente**: — Peço desculpa, mas esta sala tem de facto um problema de som, portanto, pedia aos serviços para aumentarem o som. Vamos tentar de novo. Peço desculpa, José Paulo Fafe.

O Sr. **José Paulo Fafe**: — Não sei se estão a ouvir melhor agora.

Permitam-me começar novamente, agora com uma nota muito pessoal. Quem me conhece sabe bem a angústia em que vivo desde que, no final do mês passado, eu e a Comissão Executiva, nos deparámos com a impossibilidade de processar os salários do mês de novembro. Já antes, o não pagamento do subsídio de Natal tinha sido, para nós, um profundo golpe e um motivo de profunda preocupação.

Devo, antes de mais, uma explicação para o facto de, contrariamente ao que comuniquei a esta Comissão no passado dia 22 de dezembro, estar hoje disponível para participar nesta audição. Gostaria de deixar bem claro que continuo a pensar exatamente o mesmo sobre as motivações que

levaram o Bloco de Esquerda a solicitar a minha presença nesta Comissão e sobre o aproveitamento político que essa mesma força política tem feito, ao longo das últimas semanas, da difícil situação em que vive o Global Media Group (GMG).

Também tenho profundas reservas, pese o papel que reconheço ao Parlamento, que exista quem pretenda forçar uma empresa privada, como é o Global Media Group, a prestar contas da sua gestão a uma comissão parlamentar.

Assim, estou aqui hoje, basicamente, por duas razões. A primeira relaciona-se com o respeito que possuo pela Assembleia da República, repito, instituição basilar e fundamental da democracia, em cujos valores fui formado e sempre me reví. A segunda, é porque há limites para suportar os insultos, as mentiras e as aleivosias que escutei dos relatos que me fizeram sobre o que se passou em algumas das audições que aqui ocorreram.

Gostava de, antes de tudo, deixar claro algo que é indesmentível: esta Comissão Executiva a que eu presido, e que é formada hoje por Filipe Nascimento, Paulo Lima de Carvalho e Marco Galinha, iniciou funções no passado dia 15 de setembro, ou seja, exatamente há três meses e pouco, ou melhor, há 117 dias.

A seguir, gostava também de realçar que todas, repito, todas as decisões tomadas pela Comissão Executiva foram aprovadas por unanimidade, leia-se, sem que até hoje, nas atas desse órgão, conste um único voto contra ou sequer uma abstenção. E, já agora, também digo que, ainda há dias, na reunião de acionistas, onde estiveram presentes todos os acionistas, todos eles aprovaram as bases do plano de reestruturação do Grupo e expressaram claramente o seu apoio a esta comissão.

Queria também, para terminar esta intervenção inicial, reafirmar o que tanto eu, como a própria Comissão Executiva já afirmámos publicamente: raro é o dia, desde que iniciámos funções, há três meses e meio, que não somos surpreendidos por factos, negócios ou documentos que denotam a forma leviana e pouco transparente, para não a classificar de outra maneira, como este Grupo foi gerido ao longo dos últimos anos. Disso estou certo, e espero poder falar no decurso das questões para as quais estou, desde já, disponível para responder com todo o gosto. Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, José Paulo Fafe. Vamos passar, então, ao Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, que é o grupo que apresentou o requerimento para esta mesma audição.

Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Mortágua, que é também Vice-Presidente desta Comissão, para colocar as questões que entender nos próximos 5 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Muito obrigada. Gostava, também, de fazer uma nota prévia para dizer que ser responsável por grupos de *media* acarreta grandes responsabilidades e naturalmente também alguns benefícios.

Uma das responsabilidades tem a ver com a prestação de contas, inclusive pelas obrigações legais de transparência a que os grupos de comunicação social estão obrigados, independentemente das obrigações gerais de esclarecimento que qualquer setor deve perante o Parlamento.

Acresce a isto que não foi o Bloco de Esquerda que deixou de pagar os salários aos trabalhadores. É perante esses trabalhadores e sobre eles que, sim, recai um duro golpe de não pagamento do subsídio de Natal e é perante

eles e em nome deles que pretendemos encontrar esclarecimentos. É também em nome deles, que consideram que as palavras do atual administrador, José Paulo Fafe, sobre o Grupo desvalorizam muito mais o Grupo, a procura do Bloco de Esquerda pelos esclarecimentos e pela verdade.

É só isso que estamos aqui à procura. Estamos a tentar perceber o que é que aconteceu a um grande grupo de comunicação social, que está em vias de ser destruído, e apurar responsabilidades.

Gostaria de lhe perguntar quem é que negociou a entrada do tal fundo na Páginas Civilizadas, se sabe qual foi o valor do negócio e quem é o beneficiário do fundo.

O Sr. **José Paulo Fafe**: — Deixe-me só pedir-lhe para falar um bocadinho mais devagar para poder apontar.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Tal como fiz na audição anterior, vou entregar-lhe um guia escrito das perguntas que vou fazer. Se os serviços puderem...

O Sr. **José Paulo Fafe**: — Desculpe interrompê-la, mas não podia responder assim.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Absolutamente, com toda a razão. Assim, com o guião escrito, sempre consigo fazer as perguntas. Percebo que é complicado responder.

Portanto, pergunto quem é o beneficiário do fundo e qual é a razão de haver tanto secretismo em torno dele. Da mesma forma, pergunto se existe

ou não uma participação ou uma relação com o Daniel Dantas, e se ele está ou não ligado a este World Opportunity Fund.

Como perguntei ainda esta manhã a Marco Galinha, gostaria de saber qual é a sua relação com o empresário Luís Bernardo. É sabido que ele é uma presença assídua nos escritórios da Global Media, por isso pergunto que relações empresariais teve, ou tem, com o Grupo e se Luís Bernardo alguma vez lhe sugeriu pessoas para trabalharem ou colaborarem no Grupo ou nos seus títulos.

Sabemos agora que a empresa de Luís Bernardo foi convidada, pela atual Comissão Executiva, para preparar o futuro estratégico do Grupo. Pergunto-lhe se não é incompatível que uma empresa que trabalha com grupos concorrentes, que faz assessoria de imprensa, que faz *marketing* político, esteja a desenhar o futuro deste grupo de comunicação.

Pergunto-lhe qual era o projeto para a Global Media que foi negociado com o fundo, entre o fundo e a nova administração, ao abrigo do qual foram feitas promessas às novas direções, inclusive a Rosália Amorim, que disse aqui que só aceitou dirigir a TSF a troco de um reforço que, depois, não só não se concretizou como acabou por se revelar uma enorme mentira. Afinal que reestruturação é esta e porque é que dela não tiveram conhecimento as direções?

Pergunto-lhe quanto é que o fundo, de facto, investiu no Grupo. Para além do valor do negócio, ou seja, de quanto é que os acionistas da Páginas Civilizadas encaixaram, ou não, com o negócio, quanto é que investiu no fundo e o que são estes 10,2 milhões que foram indicados como o investimento que já foi colocado no Grupo?

Pergunto-lhe porque é que — e se é verdade —, no segundo semestre de 2023, foram feitas 35 contratações, aumentando em 2,3 milhões os custos

do Grupo, grande parte delas para administradores ou pessoas ligadas à administração, outras no *DN*, enquanto há trabalhadores a recibos verdes que são despedidos, há atrasos salariais e há subsídios que não são pagos.

Pergunto-lhe porque é que há trabalhadores que já receberam, como é o caso do *Açoriano Oriental*, e outros que ainda não.

Pergunto-lhe, afinal, qual é a causa destes atrasos e se é, de facto, um bloqueio por parte do Banco Atlântico Europa e se sim, que razões alegou este banco. Se o problema é da gestão passada, pergunto-lhe o que é que aconteceu ao dinheiro que, eventualmente, o Grupo haveria de encaixar no último trimestre de 2023, das receitas que naturalmente tem.

E, já agora, porque é que o próprio Presidente da Comissão Executiva assumiu uma estratégia de desvalorização? Vi-o, inclusive, a desvalorizar — isso foi aqui dito pela diretora do *JN* — os números que o *JN* vende em banca e em assinaturas.

Um último conjunto de perguntas é sobre a compra. Há uma troca de acusações sobre quem é que enganou quem. Portanto, pergunto-lhe quem é que fez a *due diligence* do Grupo; quem é que foi enganado pelo fundo, ou seja, se foi o administrador José Paulo Fafe que foi enganado pelo fundo que, afinal, não pôs o dinheiro que tinha prometido pôr, ou se foi Marco Galinha que enganou o fundo, vendendo «gato por lebre».

Quero perguntar-lhe quem é que o convidou para administrador do Global Media Group e, última pergunta de todas, relativamente a interferências editoriais diretas, queria perguntar-lhe se convidou pessoas diretamente para colaborarem com títulos do Grupo, se procurou condicionar ou suspender conteúdos, se suspendeu conteúdos — alguns sem custos e outros sustentados por patrocínios —, passando por cima das respetivas direções dos títulos, sabendo nós que, em alguns dos casos, isto é



absolutamente verdade, porque é o que está a acontecer, por exemplo, na TSF.

O Sr. **Presidente**: — Antes de passar a palavra ao José Paulo Fafe, não vou dar conselhos, mas queria apenas relatar aqui o que tem sido a nossa experiência. Reconhecemos todos que é muito difícil responder em 5 minutos a todas as perguntas, neste caso da Deputada Joana Mortágua, que todos os Deputados têm colocado.

A experiência diz-me que muitas das questões se vão repetindo e, portanto, aquilo que lhe peço é que tente responder às questões que conseguir, sendo que, ao longo desta audição, à medida que os diferentes grupos parlamentares forem colocando questões, terá a oportunidade de visitar alguma questão que fique para trás.

De qualquer forma, estamos a contar o tempo, mas também não temos aqui nenhum relógio de ponto suíço para cortar o pensamento a ninguém. A ideia é que todos os Deputados e Deputadas fiquem esclarecidos.

José Paulo Fafe, tem a palavra.

O Sr. **José Paulo Fafe**: — Mais uma vez, boa tarde. Era isso que lhe ia pedir, se puder, alguma tolerância de tempos. Pela minha parte, estou completamente à vontade.

Ora bem, Sr.<sup>a</sup> Deputada, isto é um... São praticamente 30 perguntas a que vou tentar responder, não sei se vou conseguir, mas gostava de sair daqui respondendo a tudo.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Tente!

O Sr. **José Paulo Fafe**: — Ó Sr.<sup>a</sup> Deputada, ouça, eu gostava de sair daqui respondendo a tudo, tenha a certeza disso, e vou tentar.

Quantas das empresas do Grupo Bel prestam serviço ou são fornecedoras do Global Media? Excelente pergunta.

Não lhe sei dizer ao certo, sei que os serviços são muitos. Sei que nós, quando assumimos a gestão da Global Media, internalizámos alguns dos serviços que eram assumidos pelo Grupo Bel — estou a lembrar-me do gabinete jurídico, que custava à volta de 10 000 €, da direção financeira, de parte dos recursos humanos, etc. —, mas não lhe sei responder ao certo.

Sei que internalizámos esses serviços, porque achávamos que não tinha lógica estarem fora do Global Media Group. Daí, até, termos feito algumas contratações, num valor mais baixo do que gastávamos com o Grupo Bel, exatamente para colmatar essa dispensa do Grupo Bel.

Qual é o valor das prestações de serviço do Grupo Bel ao GMG? Não sei, sei que há uns arrendamentos, penso que da sede do *JN*; penso que, na frota, há alguns carros alugados a uma empresa que é do Grupo Bel, chamada Mistério da Terra, S.A., mas não lhe posso entrar em pormenores. Se quiser que lhe faça chegar isso, faço-o com todo o gosto.

O que aconteceu às *Evasões* e à *Volta ao Mundo*, porque é que transitaram para Espanha? Muito bem, a *Evasões* e a *Volta ao Mundo* transitaram da Global Media para a Palavras de Prestígio, a pedido do Sr. Marco Galinha, na altura em que teve de sujeitar a operação de compra de uma posição nas Páginas Civilizadas à Autoridade da Concorrência (AdC). Por uma questão que se prendia com a percentagem de monopólio, digamos assim, destes dois títulos — um deles de viagens, etc. —, os advogados do Dr. Marco Galinha, ou quem o aconselhava, pediram-nos a anuência, para facilitar a aprovação na Autoridade da Concorrência, ou seja, para que

aceitássemos a transferência da titularidade dessas duas revistas, embora a produção delas continuasse na órbita do Global Media Group.

Qual era a dívida do Global Media Group ao Estado e aos sócios? Ao Estado, sei que há uma dívida que, neste momento, se cifra em 7 milhões e meio, que está abrangida por um RERT (Regime excecional de regularização tributária), que está a ser escrupulosamente pago todos os meses. Qual a taxa desse empréstimo? Não sei.

Se o Grupo reembolsou os sócios dos empréstimos no valor de 7,5 milhões? Não lhe sei responder, isso é antes da minha chegada. Qual era a taxa? Muito menos.

O que significa o adiantamento de contas, em 2022, no valor de 833 000 €, que consta nas contas da empresa? Não sei, não lhe sei dizer ao certo. Não lhe posso dizer, também é antes da minha entrada.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada cita aqui uma citação, passo a redundância, de um comunicado nosso, da Comissão Executiva, sobre o qual talvez seja melhor responder mais à frente, porque tem a ver com outras perguntas que já vi aqui.

Qual a sua relação com Marco Galinha? Quem é que o apresentou? Porque cedeu o *Tal & Qual*? Quem financiou o *Tal & Qual*? Muito bem, conheço o Marco Galinha, talvez, há oito, nove anos. Conheci-o através de um amigo comum, que me o apresentou num jantar, por mero acaso.

Não sei há quantos anos foi, sei que ele, na altura, estava para entrar naquele programa da SIC, o *Shark Tank*, ou uma coisa assim do género. Foi quando o conheci, acho que nunca mais falei com ele, a não ser das duas ou três vezes em que nos encontrámos casualmente. Quando ele comprou a Global Media, ou adquiriu a posição da Global Media, ligou-me e convidou-me para uma conversa, tida no Farol Hotel, em que me perguntou duas

coisas. A primeira foi o que é que eu faria no lugar dele, estando na Global Media, e, depois de lhe ter respondido, se eu queria ir trabalhar com ele.

Dei-lhe os meus conselhos e o primeiro conselho que lhe dei foi que devolvesse o *Diário de Notícias* à banca. O segundo, e lembro-me, foi que encontrasse parceiros pelo mundo, na diáspora portuguesa — no Brasil, em Angola, até na China, em Macau —, para fazer edições das publicações que ele tinha aqui nesses países.

Quanto à segunda resposta que lhe dei, eu tinha uma empresa de consultoria, disse-lhe que estava disponível, qual era o meu valor e ele, dias depois, não aceitou porque disse que eu custava muito dinheiro.

Quanto à cedência do uso da marca *Tal & Qual* por 10 anos, penso que são 7 e não 10, Sr.<sup>a</sup> Deputada, mediante o pagamento mensal de 820 €, como moeda de troca da cedência. Nessa mesma conversa, eu, porque já há muito tempo que tinha várias, não é pedidos, mas solicitações de algumas pessoas que diziam «você devia relançar o *Tal & Qual*», «devíamos relançar o *Tal & Qual*» — até antigos colegas meus —, disse-lhe que tinha lançado um livro, com o Gonçalo Pereira Rosa, sobre o *Tal & Qual*, que tinha sido um êxito de vendas, e que tinha percebido que a marca *Tal & Qual* ainda funcionava. Vendeu 4000 ou 4500 exemplares, o que é uma brutalidade nos tempos que correm, em plena covid, se não me engano, em 2020, quando o *Tal & Qual* fez 40 anos.

Disse-lhe, um pouco até, de uma forma... «Eh pá, tens o título *Tal & Qual*, porque é que não mo cedes?» Ele nem sabia que o título *Tal & Qual* estava parqueado na Global Media, aliás, como estão outros, e disse «Eh pá, sim, vou-te ceder o título, sim, senhor», e a conversa ficou aí. Depois falámos duas ou três vezes sobre isso, e acordámos a cedência.

À última hora, a cedência passou para aluguer e, à última hora, quando já estava definido quanto é que era o aluguer e quanto é que não era, surgiu a assessoria jurídica do Sr. Marco Galinha a exigir-me o pagamento de uma dívida, que tinha 23 anos na altura, de uma empresa de que eu era sócio, de facto. Era uma dívida de 1997, da Lusomundo — que é uma coisa que já nem existe, porque foi substituída pela Controlinveste e depois pela Global Media, etc. —, uma dívida que sempre assumi enquanto sócio da Chiado, uma dívida que quis pagar em duas ou três reuniões que tive com a Administração da Lusomundo, em 1998/99, mas sobre a qual nunca chegámos a acordo, dívida essa que, segundo os meus advogados, estaria prescrita.

Primeiro, reconheci obviamente a dívida, mas como percebi que essa dívida tinha sido cirurgicamente recuperada, ao fim de 23 anos, aceitei. Disse: «Então, vamos fazer um acordo e eu pago essa dívida, deem-me cinco anos para a pagar.» Até pedi 10 anos, ao que eles contrapropuseram cinco anos, propuseram, na altura 30 000 €, acho que depois pedi 15 000 €, entretanto andámos ali a negociar e ficou nos 20 000 €, com a obrigação de a pagar em cinco anos.

Coisa que fiz nos primeiros três ou quatro meses e que suspendi, depois de ter falado com o Sr. Marco Galinha e de termos chegado à conclusão de que podia pagar a dívida até 5 anos. Ele disse: «A ajuda que te vou dar, relativamente ao *Tal & Qual*, é libertar-te do pagamento mensal desta dívida, deixando-te pagá-la ao longo dos cinco anos, conforme te der mais jeito.» Portanto, gostava que essa questão da dívida ficasse, penso que ficou, do meu ponto de vista, clara.

Quando disse «deixou a empresa Parem as Máquinas, foi gerente e diretor ...» Devo dizer que nunca fui diretor do *Tal & Qual*, não sou

jornalista desde 1999, desde o dia 31 de agosto. Fui administrador, fui sócio maioritário, tinha 80 %. Vendi a minha participação em abril, se não me engano, penso que foi registada mais tarde, mas vendi em abril, com dívidas de 334 000 € e em falência técnica. O *Tal & Qual* não está em falência técnica, não vive de boa saúde — aliás nenhum jornal em Portugal vive de boa saúde, infelizmente —, mas não está em falência técnica, não deve 334 000 €.

Estive fora ontem, mas, quando voltei, vi estas coisas e tive o cuidado de falar com os atuais sócios e gerentes do *Tal & Qual*. O *Tal & Qual* tem uma dívida corrente, hoje em dia, na ordem dos 30 mais 20, ou seja, 50 000 €. Deve ter créditos bancários escrupulosamente pagos no valor de 60 000 €.

Se somarmos tudo isto, créditos bancários que estão a ser pagos escrupulosamente, gráficas e esses fornecedores, não alcança os 40 000 €, portanto, vá lá, entre 100 000 € e 110 000 €, que é um terço do que é dito aqui. Mas, tudo bem, sei que a Sr.<sup>a</sup> Deputada foi induzida em erro por uma notícia que também li.

O Sr. **Presidente**: — José Paulo Fafe, peço desculpa por interromper...

O Sr. **José Paulo Fafe**: — Já está nos 5 minutos, não é?

O Sr. **Presidente**: — Já está nos 10 minutos.

O Sr. **José Paulo Fafe**: — Isso é terrível. Posso continuar?

O Sr. **Presidente**: — Sim, mas não pode,...

O Sr. **José Paulo Fafe**: — Deixe lá, Sr. Presidente!

O Sr. **Presidente**: — Não pode, porque há os outros grupos parlamentares... Podemos fazer múltiplas rondas, múltiplas segundas rondas,...

O Sr. **José Paulo Fafe**: — Por mim, esteja à vontade.

O Sr. **Presidente**: — ... mas agora temos de passar a palavra.

O Sr. **José Paulo Fafe**: — Só cheguei à pergunta n.º 6.

O Sr. **Presidente**: — Temos de passar a palavra ao Grupo Parlamentar do PSD. Mediante as perguntas que o Grupo Parlamentar do PSD possa fazer, haverá certamente algumas que já tem aí.

O Sr. **José Paulo Fafe**: — Sim, também é verdade.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, pelo Grupo Parlamentar do PSD, também para colocar as questões que entender ao Presidente da Comissão Executiva do Grupo Global Media, o Sr. Deputado João Prata.

O Sr. **João Prata** (PSD): — Sr. Presidente, cumprimento todos os meus colegas, os jornalistas presentes, assessores, bem como naturalmente o

nosso convidado, João Paulo Fafe, na sua qualidade de Presidente da Comissão Executiva do Grupo Global Media.

Tal como referiu no início da sua intervenção, também o PSD está preocupado com aquilo que se está a passar no Grupo Global Media. E está preocupado porque realmente as pessoas que ali trabalham — jornalistas e outros técnicos — não receberam os ordenados, nem têm a perspectiva de os receber. Também, aquilo que vamos ouvindo e vamos lendo, reporta uma circunstância e uma situação em que parece que é o Grupo que se está a querer digladiar dentro do próprio Grupo, e não a procurar, de alguma forma, resolver os problemas.

É nessa circunstância, Sr. João Paulo Fafe, que coloco aqui a primeira questão.

**O Sr. José Paulo Fafe:** — José!

**O Sr. João Prata (PSD):** — José Paulo Fafe, peço desculpa.

Primeira questão, e sendo muito direto: a não concretização da compra da Lusa (Agência de Notícias de Portugal) pelo Governo, de que forma contribuiu para este cenário que é aqui hoje apresentado?

Segunda questão: de manhã ouvimos aqui a Sr.<sup>a</sup> Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e o Sr. Secretário de Estado, em relação à eventual participação ou, pelo menos, intervenção do Fundo de Garantia Salarial (FGS). O que gostaríamos de saber é: a Comissão Executiva a que preside está na disposição de solicitar o apoio do Fundo de Garantia Salarial? Ainda dentro deste mesmo tema, o Estado, através dos seus organismos devidos, já contactou a vossa empresa para tentar perceber o que se passa?



Terceira questão: já aqui foi abordado pela minha colega do Bloco de Esquerda, Joana Mortágua, que o plano estratégico foi, de alguma forma, encomendado ou adjudicado ao gabinete do Sr. Luís Bernardo. A questão que lhe coloco é: já há algumas indicações desse plano estratégico, têm conversado convosco? Sobre as conclusões, já poderá dizer aqui quando é que elas vão ser apresentadas ao vosso Grupo? E, depois, em função dessas conclusões, o que é que pretendem fazer? Se é que já podem acrescentar alguma coisa.

Concretamente, sobre esta questão: primeiro, o que é que levou a vossa gestão a encomendar este estudo, este plano estratégico; segundo, se já tem algumas indicações, ou não, deste mesmo plano estratégico, o que é que está a ser feito do ponto de vista da metodologia e da processologia para que esse mesmo estudo seja feito.

Quarta questão: temos vindo aqui fazer várias audições, e ainda bem que elas têm acontecido, e ainda bem também que a sua disponibilidade foi alterada para estar aqui connosco. Isso é bom em favor da verdade, é bom em favor da realidade, é bom o confronto de opiniões sobre esta matéria, mas também é bom ter factos concretos, não apenas opiniões, também questões concretas.

Queria perguntar-lhe se, realmente, o conjunto de intervenções aqui proferidas, mas também a sua própria participação no público — não no jornal propriamente, mas no público, comunidade —, ou seja, se a sua intervenção não tem também produzido algum desmerecimento do próprio Grupo que lidera. Ou seja, a perda de valor é, ou não, sentida neste momento por vós? Há redução de receitas publicitárias, redução de venda de jornais, quebra de compromissos anteriormente assumidos. Há, ou não, também da

sua parte, alguma responsabilidade nesta desvalorização deste importante grupo de comunicação social? E o que é que tem a dizer sobre esta questão?

Depois, e mesmo para concluir, referiu também numa entrevista que, quando começou a liderar o Grupo, notou que havia algumas situações menos claras nas anteriores gestões que passaram por este Grupo. O que lhe queria perguntar é o seguinte: pode aqui partilhar connosco que situações menos claras são essas que referiu? Mesmo sendo, um grupo privado, como sabe muito bem, pelo respeito pela Assembleia da República que referiu — e saúdo-o nessa sua perspetiva —, quando estas afirmações são feitas por um dirigente, tem de se ser consequente ou, pelo menos, algo mais tem de ser partilhado com o público a partir da Assembleia da República.

Por último, e não menos importante — até porque sou eleito por um distrito do interior, e nestas coisas, infelizmente, tudo começa na base e quando chega ao topo é que há uma preocupação maior de visibilidade pública com os temas —, a imprensa regional tem sofrido muito ao longo destes anos.

Soubemos aqui, através de um estudo, que 60 % dos municípios deste País já não têm um jornal. Hoje mesmo, o Sr. Marco Galinha referiu que fica muito caro levar os jornais a algumas zonas.

Foi mencionado numa das suas intervenções — pelo menos pelo que li e desde já as minhas desculpas se não foi sua —, que era importante a partir de janeiro cortar os recibos verdes, digamos assim. Ora, pelo que também pudemos testemunhar da intervenção do Sr. Domingos Andrade, e outras também, isso significa, desde logo, que tudo aquilo que é a proximidade de um jornal tão importante como o *Jornal de Notícias*, mas também de outros matutinos, outros diários, fica em causa como informação do todo nacional, restringindo-se cada vez mais àquilo que se passa em

Lisboa e Porto — sem desfavor para a cidade de Lisboa, nem para os meus colegas do Porto. Fica tudo muito restringido a estes dois distritos.

Parece-me que realmente a imprensa, quer privada quer estatal, quer nós também aqui, enquanto Deputados, temos uma maior responsabilidade neste processo para que todo o País possa ter e ser beneficiário desta imprensa livre e para que a imprensa regional possa ter uma palavra a dizer.

Parece-me que este conjunto de pessoas que trabalham nos diversos distritos tem, naturalmente, uma responsabilidade acrescida em fazer chegar isso ao todo nacional.

Desculpe, Sr. Presidente, pelos 30 segundos a mais.

O Sr. **Presidente**: — Devolvemos a palavra ao Presidente da Comissão Executiva do Grupo Global Media, José Paulo Fafe, para tentar responder às questões que foram colocadas pelo Grupo Parlamentar do PSD.

O Sr. **José Paulo Fafe**: — Sr. Deputado, vou tentar ser o mais rápido possível, para responder às suas cinco questões, se não me engano.

Relativamente à Lusa, tenho aqui umas notas porque sabia que íamos abordar este assunto e, portanto, trouxe isto mais ou menos esquematizado.

Ainda durante a gestão anterior, o Estado português mostrou interesse no âmbito de um projeto — do meu ponto de vista excelente! — de transformar a agência Lusa numa ferramenta que permitisse apoiar os *media* nacionais, incluindo os regionais, e em adquirir os cerca de 46 % que a empresa Páginas Civilizadas e o Global Media Group possuem naquela agência.

Penso que esse interesse foi transmitido, por volta do mês de maio, ao Marco Galinha. Já estávamos, nesse momento, a negociar, e o acordo de

princípio do fundo foi-lhe transmitido logo de imediato, quando consultado sobre o tema.

Foi então estabelecido um *modus operandi* para essa operação — para a transação —, que passava, em primeiro lugar, pela realização de uma avaliação, que ficou a cargo da Deloitte. Concluídos estes pressupostos e aceites os valores pelo Global Media Group e pela Páginas Civilizadas, ficou acordado que o negócio teria lugar no mês de setembro.

Concluída que foi a avaliação em finais de agosto — que, estranhamente, não incluía nem a valorização do edifício sede da Lusa, nem o próprio acervo da agência —, o Estado português apresentou ao Global Media Group a proposta de compra apenas dois meses depois, já em novembro. Além de se cifrar em cerca de 400 000 € abaixo do valor apontado pela Deloitte, incluía a obrigatoriedade do pagamento à cabeça, por parte do Global Media Group, da dívida existente no valor de 700 000 €, herdada por esta administração, mas que se encontrava, sublinhe-se, quase na sua totalidade, abrangida por um plano de pagamento que estava em vigor.

Apesar disso, ou seja, do claro aproveitamento que o Estado fez da situação do Global Media Group, a importância que a receita da venda das participações na Lusa possuía no planeamento financeiro fez com que esta administração desse o seu acordo aos valores e termos do negócio. Deixe-me dizer que tive oposição dentro da Comissão Executiva, particularmente do meu CFO (*chief financial officer*), em assinar este documento, porque ele achava que era uma atitude de má-fé por parte do Estado português, mas eu, apesar de tudo, convenci-o a assinarmos.

Dizia eu que, com a importância que a receita da venda dessas participações tinha no nosso planeamento financeiro, aceitámos e acordámos

que o contrato de venda seria formalizado e a venda concretizada a 29 de novembro, cerca de dois meses após a data estipulada para tal.

Surpreendentemente, sem que nada o deixasse antever — e na sequência de declarações públicas, no mínimo, estranhas, do Sr. Presidente da República e do principal partido da oposição —, o Governo comunicou, no dia 30 de novembro, que, afinal, o negócio não iria ter lugar, dado não ter existido um suposto consenso partidário, algo que, meses antes, tinha sido confirmado ao Global Media Group.

Esse volte-face do Governo, a que não foram obviamente alheias a exposição pública do Sr. Presidente da República e do PSD, provocou um claro transtorno a nível financeiro do Global Media Group. E foi essa a causa principal para que — pese embora uma transferência de emergência no fundo, feita nesse mesmo dia, no valor de 1 milhão de euros — os salários de novembro fossem pagos com quatro dias de atraso. Isto foi exatamente o que se passou com a Lusa.

Relativamente ao Fundo de Garantia Salarial, não, Sr. Deputado, não fomos contactados por ninguém nesse sentido. Nós achamos que temos uma solução — e podemos falar mais tarde sobre isso — para a questão dos salários na Global Media.

Quanto ao plano estratégico, está definido há muito. O que a empresa WL Partners está a desenvolver é exatamente um aprimoramento e uma sintonia fina desse plano estratégico. É um plano que está praticamente concluído e que todos os dias, de alguma maneira, digamos assim, é tratado.

Quanto às minhas intervenções que desvalorizam os produtos e sobre a perda de valor, ó Sr. Deputado, vou-me socorrer aqui de números. O senhor falou do caso do *Jornal de Notícias*, da importância que teria no interior, e que é verdade. Se alguém desvalorizou o *Jornal de Notícias* — e

não estou a dizer que foi de uma forma ostensiva, nem premeditada, obviamente —, foi quem contribuiu para que o *Jornal de Notícias*, entre 2019 e 2023, tivesse esta descida de 31 000 para 14 926 exemplares.

*O orador exibiu um gráfico.*

Estes números são das vendas em banca, são números fornecidos pela VASP. Estão aqui e posso deixá-los com a Comissão.

Entre 2019 e 2023, o *Jornal de Notícias* teve uma queda na ordem dos 7000, 8000 exemplares. Todos os anos foi descendo: 31 000, 23 000, 19 000, 17 311.

Não gosto de mentir e quando vejo pancartas — como quando houve a greve no *Jornal de Notícias*, mais do que legítima, diga-se de passagem — a dizer que o *Jornal de Notícias* vendia 30 000 exemplares, eu digo que não vende. O *Jornal de Notícias* vende, volto a dizer, uma média de 14 000 exemplares, vendendo em banca, entre segunda e sexta-feira, cerca de 12 000 exemplares.

Em Viana do Castelo, em média, o *Jornal de Notícias* vende 733 exemplares; em Vila Real, 335; em Bragança, 149; Viseu, 196; na Guarda, Sr. Deputado, no seu distrito, 46 exemplares vendidos, em média, por dia — 46 exemplares!, desculpe sublinhar isto —; em Aveiro, 1516; em Viseu, 196, e em Coimbra, 128; Castelo Branco, 35; Leiria, 77; Santarém, 59; Portalegre, 9; Évora, 12; Setúbal, 116; Lisboa, 433; Beja, 17; e, em Faro, 101.

O *Jornal de Notícias* tem, ao seu serviço, 90 jornalistas e 70 colaboradores. O *Jornal de Notícias* é feito por 160 pessoas. Para que tenham um outro exemplo, o *Correio da Manhã*, no seu todo, incluindo

repórteres de imagens, repórteres fotográficos, jornalistas e serviços de apoio à redação — e estamos a falar do *Correio da Manhã*, da CMTV (Correio da Manhã TV) e daquelas revistas que o *Correio da Manhã* tem, que penso que são seis ou sete — tem 220 jornalistas, quer dizer, colaboradores nessas áreas.

Portanto, não quero desvalorizar a marca do *JN*. Tentou-se criar uma imagem de mim de que sou contra o Porto e tal, mas comigo não contem para isso. As minhas origens são do Porto, o meu pai é do Porto, vivi no Porto, adoro o Porto, não tenho nada contra o Porto, antes pelo contrário. Só não sou do Futebol Clube do Porto, pois sou da Académica. De resto, não tenho nada contra.

A questão é que não posso deixar que se diga que se vendem 30 000 exemplares ou que o jornal ganha 3 milhões de euros, quando, na verdade ganha 216 000 €.

*O orador exibiu um documento.*

Também posso deixar este documento com o Sr. Presidente, se quiser. Hoje, o *Jornal de Notícias* ganha 216 000 € por ano — 216 000 €!

Portanto, não desvalorizo, não posso é pactuar com o que é uma inverdade e uma falsidade.

O Sr. Domingos Andrade — que esteve aqui, não o ouvi, sinceramente, não o ouvi, não tive interesse em ouvir, mas, obviamente, que me chegou o relato — falou nisso, mas o Sr. Domingos Andrade é um dos grandes responsáveis pela queda de vendas do *Jornal de Notícias*, por uma razão simples: a meu ver, houve uma estratégia editorial errada para o *Jornal de Notícias*, e a prova está aqui.

*O orador retoma o documento exibido.*

Houve uma estratégia errada quando se quis transformar o jornal, que era um jornal de referência, com um ADN fortíssimo de informação regional — tinha uma certa presença nacional, mas tinha, sobretudo, um ADN profundamente regional e assente na informação regional —, num jornal de referência nacional. Atrevo-me a dizer que, com algum deslumbre — tudo bem! —, mas o resultado está aqui à vista.

*O orador exibiu um gráfico.*

Aqui, o Sr. Domingos Andrade era diretor, depois, aqui, entrou a D.<sup>a</sup> Inês Cardoso, e o resultado está aqui à vista.

*O orador aponta para o gráfico.*

Ao mesmo tempo, escancararam as portas ao *Correio da Manhã*, que hoje, só na região Norte, certamente vende mais do que o *Jornal de Notícias* em todo o País. E isso, tenho de dizer, não posso ocultar isto, porque as administrações controlam os custos, mas não controlam as receitas, Sr. Deputado. As administrações, infelizmente, não controlam as receitas. E as receitas dos jornais vêm daqui.

Agora, dizem: «o *Jornal de Notícias* é líder na informação digital». É, sim senhor, e sabe qual é o *top 5* das cidades que mais acessos têm ao *Jornal de Notícias* e também ao jornal *O Jogo*? É impressionante: em primeiro lugar, Luanda; em segundo, São Paulo; em terceiro, Porto ou Lisboa; depois



acho que é Sintra. É impressionante a presença que os jornais da Global Media têm fora do País, mais do que em Portugal. No chamado *top 5* das cidades com acessos digitais ao *Jornal de Notícias*, primeiro vem Luanda. Como também é no *Diário de Notícias*, penso eu.

Portanto, eu acho que estas são coisas que também temos de ter em conta quando falamos.

O Sr. **Presidente**: — José Paulo Fafe, acho que...

O Sr. **José Paulo Fafe**: — Sr. Presidente, já estou nos 10 minutos. De facto, isto é uma coisa indecente...

O Sr. **Presidente**: — Acho que já percebemos a resposta às questões colocadas pelo Grupo Parlamentar do PSD.

O Sr. **José Paulo Fafe**: — Falta só uma.

O Sr. **Presidente**: — Continuam em défice muitas respostas às questões colocadas pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, mas se me permitem, pedia para avançarmos.

Passava agora a palavra ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista, para também colocar as questões que entender nos próximos 5 minutos, tendo a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Rosário Gambôa.

A Sr.<sup>a</sup> **Rosário Gambôa** (PS): — Sr. Presidente, cumprimento as Sr.<sup>as</sup> e os Srs. Deputados e o Sr. José Paulo Fafe.

Gostava de começar por dizer que as razões desta audição são exatamente aquelas que são as nossas preocupações fundamentais: a questão laboral dos trabalhadores e a de marcas fundamentais no horizonte mediático nacional, como as que são detidas pelo Global Media, isto porque entendemos que, de facto, a comunicação social é um pilar da democracia.

Centrando-me, agora, na minha inquirição, pedia-lhe que me pudesse confirmar ou infirmar alguns dados. Terei também de fazer algumas inferências.

Em setembro, aquando da entrada do fundo, que passou a deter a maioria do capital e, logo, a deter a gestão, foi nomeada uma nova Comissão Executiva, da qual o senhor é o CEO (*chief executive officer*) e que também integra, além de si, o Filipe Nascimento, o Diogo Agostinho e o Paulo Lima de Carvalho.

**O Sr. José Paulo Fafe:** — E o Marco Galinha...

**A Sr.<sup>a</sup> Rosário Gambôa (PS):** — E o Marco Galinha... mas não pertence também à Comissão Executiva, não é?

**O Sr. José Paulo Fafe:** — Sim, sim.

**A Sr.<sup>a</sup> Rosário Gambôa (PS):** — Sim, é verdade, tenho aqui essa nota.

Ora, a primeira coisa que gostava de lhe dizer é que quando este fundo entra — e pela sua própria voz, de uma maneira bastante interessante, numa entrevista que deu ao jornal *ECO* —, o senhor dizia que este iria ser um dos mais ambiciosos projetos de crescimento de um grupo de *media* em

Portugal, convictamente independente, plural e com os olhos postos no futuro e que, a par disso, iam construir um projeto para a lusofonia.

Ora, o que aconteceu não foi propriamente isto. No dia 6 de dezembro há um comunicado interno, da parte da Comissão Executiva, que anuncia a urgência de rescisão de 150 a 200 trabalhadores e de avançar com esta reestruturação, porque, se não avançasse, estaria em causa uma previsível falência do Grupo.

No dia 13 do mesmo mês, numa entrevista ao mesmo jornal, disse que iria fazer uma análise para ver se não seria necessário avançar para um despedimento coletivo, até reconhecendo ou, desculpe, ironizando que o termo «rescisão amigável», no caso, é pouco mais do que uma força de expressão.

O Global Media, entretanto, não pagou os salários a 550 trabalhadores, relativos ao mês de dezembro. A situação financeira do Grupo, segundo o que diz, é extraordinariamente grave, dizendo também que não sabe se estão reunidas as condições para, no futuro, pagar os ordenados.

O senhor invoca como causas — e acabou de o referir aqui, há um bocadinho — não só a não realização do acordo com o Governo na compra da Lusa, o que daria, segundo nos consta, quando muito, para pagar os salários de dois meses, mas também a falta de saneamento, digamos, do estado financeiro com que fizeram a compra.

Isto parece-nos extraordinariamente estranho, e gostava de lhe colocar uma questão, uma vez que os acionistas minoritários que venderam dizem e alegam que foram cumpridas todas as regras de *compliance* e de boa governação, que os mecanismos de fiscalização económica foram feitos por parte do novo investidor. Isto é o que alegam.

Para nós, independentemente desta divergência de acionistas, o que é absolutamente paradoxal, e era esta a questão que eu queria colocar, é o seguinte: como é que um grupo que compra um grupo de comunicação social com um investimento extraordinário — o senhor chegou a dizer que fora na ordem dos 12 milhões — declara uma iminência de falência passados dois meses? E alega como causa para justificar isto uma reestruturação necessária que passa por uma redução drástica de recursos humanos, que é o principal capital social de uma empresa de comunicação social. Pergunto: porque é que fazem isto?

O senhor já afirmou publicamente que é o autor da ideia que presidiu às negociações com o fundo. Gostava que me explicasse o seguinte: se estas marcas não são relevantes, já que estão a destruir o capital fundamental, que são os trabalhadores, então, quais foram as razões pelas quais — uma vez que o senhor esteve nas negociações — o fundo comprou isto? Se não era para fazer comunicação social, era para fazer o quê? O que é, ao fim e ao cabo, o plano de reestruturação que os senhores estão a fazer?

Desde o momento da sua entrada, entendemos que tem assumido uma atitude muito ostensiva, impondo um plano, que, para nós, é cego, de reestruturação, que põe em causa não só a viabilidade, mas também a credibilidade e o valor do Grupo e das suas marcas.

Desde logo porque, no plano de redução de pessoal, não há nenhum referencial. O senhor chegou a pedir listas de despedimentos aos diretores, anulou os aumentos salariais acordados na administração anterior, não pagou salários, não fez o pagamento a colaboradores do *JN* — pondo em causa uma marca identitária e a proximidade que o *JN* tem. Falhou compromissos com os fornecedores em serviços essenciais, como por exemplo as agências noticiosas: Reuters, France-Presse.

Também falhou no pagamento a suportes digitais, como a Amazon, que inviabilizaram e silenciaram áudios e *podcasts*. Quanto aos *sites*, não garantiram, por não pagamento, o acesso aos *backoffices* e a transição da plataforma antiga para os novos *sites*. Recordo-lhe que o *DN* e o *JN* ficaram sem registos nesses *sites*, quando há lá património fundamental. Eu própria tentei entrar e não consegui.

A falha nos *sites* terá levada ao cancelamento de alguns contratos de publicidade importantes, como com o ACP (Automóvel Club de Portugal), que, por causa dessa falha, desistiu do contrato, que rondaria os 100 000 €. O senhor confirmará isto, ou não?

Pergunto se não se preocupa com o dano comercial e com o dano de receitas que estas decisões têm arrastado? A instabilidade gerada com greves e sucessivos comunicados destruidores da própria credibilidade da empresa, levaram a uma quebra de 3 milhões de euros de receitas em cinco meses, face à referência que temos de 2022.

Num contexto de contenção grave, de que os senhores estão a falar, coloco-lhe novamente a seguinte questão: porque é que entendem contratar mais 35 pessoas, com um valor anual de 2,3 milhões, quando estes vencimentos correspondem, principalmente — pelo menos 12 deles —, a lugares de apoio à administração? Pergunto-lhe o que é que será necessário administrar se não há capital humano para administrar, nem marcas, nem títulos. Nessa altura, também houve contratação de jornalistas...

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, tem de concluir.

A Sr.<sup>a</sup> **Rosário Gambôa** (PS): — Vou já terminar, Sr. Presidente. Neste sentido, pergunto-lhe o seguinte: quem é que escolheu estes

jornalistas? Dizem-me que foi o senhor, quando estas competências não são suas, são do diretor editorial, de acordo com aquilo que a lei portuguesa, que existe, consagra e protege, que é a independência dos *media*.

O Sr. **Presidente**: — Vamos novamente devolver a palavra ao Presidente da Comissão Executiva do Grupo Global Media, José Paulo Fafe, para tentar responder também a estas questões. Tem 5 minutos.

O Sr. **José Paulo Fafe**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, vai-me permitir e perdoar a ironia, mas estava a ouvi-la e estava espantado com o seu conhecimento de factos internos e números internos, alguns não corretos.

A Sr.<sup>a</sup> **Rosário Gambôa** (PS): — É só consultar os dados...

O Sr. **José Paulo Fafe**: — Não, não é só consultar os dados, infelizmente não é só isso. Mas este é o seu papel, não a critico a si, critico a quem lhe passa números, alguns deles errados, mas adiante, não vamos entrar para aí.

Deixe-me só dizer-lhe uma coisa: como exemplo de números errados, disse-me que tinham sido 39, mas não sei se foram 39, se calhar até foram mais. E sabe porquê? Porque 19 deles são falsos recibos verdes...

*Protestos da Deputada do PS Rosário Gambôa.*

Não, desculpe... por acaso foram 28, mas tem de acrescentar 19, Sr.<sup>a</sup> Deputada, faltam 19 aqui. São falsos recibos verdes que existiam no Grupo e que nós transformámos em contrato. Não são 30 e...? Disse-me...

A Sr.<sup>a</sup> **Rosário Gambôa** (PS): — Não sei a que é que se está a referir...

O Sr. **José Paulo Fafe**: — Estou-me a referir a falsos recibos verdes que existiam no Global Media Group e que foram transformados em contratos — são 19 pessoas até agora. Falsos recibos verdes! Há vários. Há mais de 150 falsos recibos verdes no Global Media Group.

Quando me disse que várias pessoas tinham sido contratadas — 11 pessoas para assessorar a administração —, eu só encontro 3 pessoas. Tenho aqui a lista, se quiser, não tenho qualquer problema em lha ceder.

Quanto a jornalistas, tem aqui vários, de facto. Se eu escolhi os jornalistas? Não, não escolhi, mas dei a minha opinião. E não há uma única pessoa que conheça jornalistas que se atreva a pôr em causa o profissionalismo e a capacidade de qualquer um destes jornalistas: do Nuno Ramos de Almeida, do Leonardo Ralha, do José Júdice, do Manuel Catarino, do Bruno Horta, da Isabel Laranjo, do Filipe Garcia.

É que não foram pessoas quaisquer que foram contratadas, Sr.<sup>a</sup> Deputada. São jornalistas conceituados, jornalistas com um percurso, jornalistas com currículo. Quem a oiça, Sr. Deputada, pensa que nós fomos contratar ali qualquer jornalista, mas não, são pessoas com currículo, são pessoas que ninguém — ninguém! — contesta quanto à sua capacidade profissional.

E sabe porque é que eles foram contratados? Foram contratados para reforçar o *Diário de Notícias*, que tinha sido votado ao abandono. Tinha sido assassinado ao longo de três anos e era feito por 17 pessoas. O *Diário de*

*Notícias* é feito, todos os dias, por 17 pessoas, e o resultado está à vista. Era dirigido pela D.<sup>a</sup> Rosália Amorim, que depois foi para a TSF.

O *Diário de Notícias* tinha 17 pessoas e era feito 365 dias por ano. E nós apostámos no *Diário de Notícias*, tal como apostámos no *Açoriano Oriental* — é verdade. É que enquanto o *Diário de Notícias* tinha 17 jornalistas, Sr.<sup>a</sup> Deputada, o *Jornal de Notícias* tinha 160, e também saía 365 dias por ano, e essa é a questão.

Mas eu vou tentar ir um bocadinho... Ah, vamos ao ambicioso projeto, ao projeto que era — e penso que ainda tem condições para ser — o mais ambicioso que ia existir em Portugal.

O mercado português, como a Sr.<sup>a</sup> Deputada sabe, tão bem quanto eu, é exíguo. É um mercado que se reduz a 10 milhões de consumidores, quando muito, e que não cresce, antes pelo contrário, definha de dia para dia, como vimos, aliás, pelos próprios números do *Jornal de Notícias*. E não é só o *Jornal de Notícias*, são todos eles.

Desde sempre defendi que tínhamos todas as condições, em Portugal, de criar um grupo de *media* virado para fora, para o mercado da língua portuguesa, não vindo de lá para cá, mas indo de cá para lá. Quando digo virado para fora, quero dizer, basicamente, para Angola e para o Brasil — podemos pensar em Cabo Verde, talvez, um bocadinho — e para a diáspora.

Nós temos, na diáspora, tanto nos Estados Unidos como no Canadá, mas mais nos Estados Unidos, condições para alguns destes títulos do Global Media poderem ter espaço. Tanto a nível digital, como até, nalguns sítios, talvez em papel, embora com tiragens obviamente limitadas.

Isso foi sempre uma ideia que tive, desde há muitos anos, talvez pelo tempo que passei no Brasil e por todas as coisas que vi, e foi talvez a base de



todo este meu projeto, foi talvez a base de tudo isto, foi o culpado de tudo isto.

Este projeto existe, este projeto não morreu, este projeto até cresceu em termos de plano. Isto porque se há uns tempos achava que o *Diário de Notícias* devia ter uma edição no Brasil chamada *DN Brasil* — e trabalhei nisso —, hoje em dia já acho que não, acho que é exatamente ao contrário. Há um espaço muito grande junto da diáspora brasileira no mundo, basicamente no Reino Unido, Portugal, Alemanha e Estados Unidos — que é o país onde há mais brasileiros —, e acho que um grupo português que lance uma publicação dirigida a essa comunidade brasileira no mundo é uma publicação destinada ao sucesso, quanto mais não seja porque o mercado publicitário brasileiro é brutal.

Só para que tenha um exemplo, as verbas do Governo Federal — e não estou a falar dos governos de São Paulo, do Recife, de Pernambuco, do Rio ou de Belo Horizonte, pois só estou a falar do Governo Federal — orçam cerca de 600 milhões de euros por ano. Portanto, hoje em dia, acho que o *É Brasil*, que é o produto que registámos, tem mais lógica ser lançado do que um *DN Brasil*. Ou seja, é algo em que mudei de opinião.

Quanto à *due diligence*, muito rapidamente, ela foi feita, eu assinei-a. Antes de a assinar, consultei os representantes do fundo, a sociedade gestora, e lembro-me, como se fosse hoje, do que eles me disseram: «Assine, assine, porque a verdadeira *due diligence* vamos fazê-la quando entrarmos». Lembro-me tão bem destas palavras: «Assine-a, porque a verdadeira *due diligence* vamos fazê-la quando entrarmos». E estamos a fazê-la, de facto.

O Sr. **Presidente**: — Vamos passar agora ao Grupo Parlamentar do partido Chega. Tem a palavra, nos próximos 5 minutos, o Sr. Deputado Jorge Galveias.

O Sr. **Jorge Galveias** (CH): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. José Paulo Fafe, agradeço a sua disponibilidade para estar presente.

Não vou gastar muito tempo com as razões pelas quais aqui estamos, pois são sobejamente conhecidas e julgo que são comuns a todos os grupos parlamentares — basicamente, o processo de negociação empresarial da GMG e o futuro dos trabalhadores, que veem os seus empregos em perigo — pelo que passo diretamente às questões que tenho a colocar.

Como justifica este resultado catastrófico da sua gestão no GMG, especialmente considerando o seu histórico anterior na empresa Parem as Máquinas e as crescentes preocupações sobre a sua liderança atual no Grupo?

Porque é que foi escolhido pelo World Opportunity Fund (WOF) para representar este fundo no Global Media Group? É só uma escolha de fachada, porque é capaz de tomar medidas antipáticas e impopulares, como, por exemplo, conduzir um despedimento coletivo?

Que medidas concretas está a implementar para assegurar a viabilidade financeira do GMG e como pretende salvaguardar os postos de trabalho e os salários dos seus trabalhadores? Ou, simplesmente, encara os trabalhadores como mercadoria descartável?

Na sua nota de 2 de janeiro, o Global Media Group informou que, desde junho de 2023, o World Opportunity Fund já investiu 10,2 milhões de euros no Grupo.

Em dezembro de 2023, numa entrevista ao *ECO*, o senhor indicou que o custo dos salários no Grupo se aproximava de 1 milhão de euros por mês. Em sua opinião, quanto é o dinheiro que o fundo precisa de investir na empresa para a viabilizar?

Dada a importância de um jornalismo independente e de qualidade para a democracia, como é que planeia — se é que planeia — restaurar a confiança do público e dos clientes de publicidade nas marcas de *media* sob a sua gestão, face à desvalorização percebida pelo público e à crise financeira do GMG?

Como é que pensa, por exemplo, aumentar as vendas diárias do *Diário de Notícias*, que tem vendas, hoje em dia, de um pequeno número de exemplares?

O Global Media Group encerrou o exercício de 2023 com um prejuízo de cerca de 7 milhões de euros, tendo ainda dívidas à Autoridade Tributária (AT) e à segurança social que ascendem a 7,5 milhões de euros, e que estão a ser pagas através do Regime excecional de regularização tributária. Neste contexto, diga-nos qual é a verdadeira situação financeira do GMG.

A aquisição do Global Media Group pelo World Opportunity Fund e a venda das sedes do *Diário de Notícias* e do *Jornal de Notícias* indicia a existência de interesses imobiliários. Foi esta a intenção dos acionistas? A operação só existiu por causa destes interesses?

O que é que se pretende fazer com os ativos jornalísticos, designadamente com as marcas e com os trabalhadores de títulos centenários e de referência como o *Diário de Notícias*, o *Jornal de Notícias* ou a TSF?

Como é que pretende abordar as obrigações de transparência e responsabilidade perante a ERC (Entidade Reguladora para a Comunicação

Social) e outras entidades reguladoras, considerando os fracassos anteriores neste domínio?

Segundo o Dr. Garcia Pereira, advogado, o fundador do World Opportunity Fund é o empresário brasileiro Daniel Dantas. Confirma ou nega o que acabo de afirmar?

Helena Sousa, Presidente da ERC, afirmou que pediu informações adicionais ao procurador do WOF após o Portal da Transparência da ERC ter identificado como órgãos de administração a UCAP (Union Capital Group) Bahamas e o cidadão francês Clément Ducasse. Estas informações já foram prestadas? Se não foram, quando o serão?

O Sr. **Presidente**: — Devolvo então a palavra ao Presidente da Comissão Executiva do Grupo Global Media, José Paulo Fafe.

O Sr. **José Paulo Fafe**: — Sr. Deputado Jorge Galveias, muito obrigado, vou tentar ser muito rápido.

Porque é que eu fui escolhido? Não sei. O melhor é perguntar à sociedade gestora que me escolheu. Não acredite — e peço-lhe que não acredite também — que fui escolhido para levar a cabo um despedimento coletivo. Isso é a última coisa que eu gostaria de estar a fazer na vida e não estou a fazê-lo. E não estou a fazê-lo!

Nós estamos a partir, aqui, de um pressuposto errado. É que nós dissemos: «Possivelmente, vamos ser obrigados, se não chegarmos ao número que queremos de rescisões amigáveis, repito, vamos ser obrigados a optar pelo despedimento coletivo.» É verdade.

Quando nós chegámos, deparámo-nos com uma empresa com um passivo acumulado de quase 50 milhões de euros, com dívidas a

fornecedores que não estavam na *due diligence*, porque muitas das faturas só apareceram a seguir a nós entrarmos — de 5 milhões de euros! Isto num grupo que vai fechar o ano com um passivo de 7 milhões de euros.

Sr. Deputado, até já lá encontrámos dívidas de 2,1 milhões em Macau e de 700 000 € em Malta de empresas de jogo *online* que nunca funcionaram, ou melhor, de licenças de jogo *online*.

Os Srs. Deputados fizeram o favor — a Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Mortágua, em nome do Bloco de Esquerda — de chamar aqui uma série de gente: o Marco Galinha, administrador executivo e presidente do Conselho de Administração da Global Media, *chairman*, como se diz agora, o Sr. Domingos Andrade, que foi antigo administrador executivo. Mas acho que os senhores deviam ter chamado aqui uma pessoa que não chamaram — permitam-me o atrevimento — :o Dr. Proença de Carvalho.

O Dr. Proença de Carvalho saiu de lá em 2020. É na administração do Dr. Proença de Carvalho, e não na nossa, e também não na da do Sr. Marco Galinha, que foi vendida a sede do *Diário de Notícias*, a sede do *JN* e sei lá o que é que mais foi vendido. Foi nessa gestão que o dinheiro, produto dessas vendas — e não vou questionar se os valores eram certos para o mercado na altura, não vou entrar por aí porque não sei —, não foi investido em reestruturação do Grupo nem em pagamento de dívidas. Foi torrado, Sr. Deputado, torrado!

Os relatos que tenho sobre o que foi feito com o dinheiro da venda do edifício do *JN*, é assustador — foi torrado. Quando chegámos lá, descobri uma sala onde estava mais de 1 milhão de euros em equipamento vídeo, no chão, mais de 1 milhão de euros! Torraram dinheiro irresponsavelmente. Aí sim, aí sim, atrevo-me a dizer que a gestão foi danosa.

Durante o consulado do Dr. Proença de Carvalho — e não estou a apontar a responsabilidade ao Dr. Proença de Carvalho, mas estou a apontar a responsabilidade a essa administração, onde havia um CEO que ganhava 500 000 € por ano — aí sim, aí sim, houve uma gestão muito pouco transparente, para não dizer danosa.

Mas deixe-me dizer que a dívida está paga, está a ser paga ao RERT, como lhe disse. A dívida está a ser paga ao RERT. Sobre a venda de ativos já falámos. Portanto, a venda de ativos que ocorreu durante a gestão anterior à nossa, penso que foi a da Gráfica Funchalense, que foi comprada, os 50 % que eram da Global Media foram compradas pelo empresário Marco Galinha.

Curiosamente havia uma dívida corrente à Funchalense no valor de 1 milhão e meio de euros que, na altura da venda, não foi paga, portanto, a dívida continuou. Recebeu-se o dinheiro pela venda da Funchalense, mas a dívida ficou lá.

Vou-lhe dar um caso: a NavePrinter foi vendida, não as máquinas, mas o edifício e o terreno, por 6 milhões de euros. Esses 6 milhões de euros entraram na NavePrinter, que é uma empresa detida 100 % pela Global Media, e a NavePrinter emprestou os 6 milhões à Global Media, e hoje a Global Media é credora, a NavePrinter é a credora da... Ai, perdão: a NavePrinter é que é credora da Global Media em 6 milhões de euros.

Isto não é normal, Sr. Deputado. Quer dizer, acho que não é normal. A minha formação não é, propriamente, na área económica nem na área de gestão, mas eu acho que isto não é normal. Há aqui qualquer coisa. Alguém tem de me explicar isto. Mas, adiante.

Falou aqui do Dr. Garcia Pereira. Li, por acaso, o Dr. Garcia Pereira. Eu sempre achei muita graça ao Dr. Garcia Pereira. E estou a dizer isto —,

não estou a dizer isto para dizer que ele é má pessoa... —, porque é uma pessoa que leio, como lia sempre muitas coisas do seu ex-camarada Arnaldo Matos. Nunca mais me esqueço de uma polémica que mantiveram os dois. Adiante, não sei se o Sr. Dr. Garcia Pereira, ao dizer aquele disparate que disse, o fez enquanto advogado do Sr. Domingos Andrade e de outros trabalhadores da Global Media. É uma coisa que eu gostaria de perceber.

Deixe-me dizer, relativamente à titularidade do fundo, que é uma coisa de que muita gente fala, que já ouvi os maiores disparates: que seriam brasileiros, o Presidente Lula, até a mulher, o antigo chefe da Casa Civil José Dirceu, de quem eu cometo o pecado de ser amigo, que é uma coisa terrível — amigo do Dirceu? Eh, pá, amigo do Dirceu, isso é uma coisa...! Sou, sim senhor, com muita honra, gosto muito dele! —, o empresário Rubens Meni, que é o dono da CNN Brasil, ou até portugueses, como o Eng.º Sócrates — quer dizer, quem me conhece sabe que isso seria impensável —, o empresário Mário Ferreira, um braço direito do Presidente Trump, que é um tal Devin Nunes, que não sei quem é, o Jorge Soros, e agora apareceu o Daniel Dantas.

O que eu acho que é uma coisa extraordinária é que estes bitaites sobre o Daniel Dantas, que é um tipo polémico e controverso, um grande empresário brasileiro, é o maior proprietário de terras no Brasil, se devem só ao seguinte: ele sempre teve... Todas as empresas e coisas dele chamam-se Opportunity, como o outro, o Eike Batista, em que tudo era um X. Ele é Opportunity, é tudo Opportunity, é o Banco Opportunity, é o Global Opportunity Fund, e tal.

Por este caminho, nós, um dia destes, vamos dizer que quem está por trás do fundo é aquela empresa, aquela academia de ténis norte-americana Opportunity, ou a leiloeira, aqui, de Alcabideche, leiloeira Opportunity

também. Olhe, ou a Opportunity vendas de ocasião de Famalicão, um dia destes vamos aí.

Portanto, isso é um disparate tão grande, esta história do Daniel Dantas e do Opportunity, que li aquilo e, vou-lhe ser muito sincero, ri-me à gargalhada. Porque só podia rir-me à gargalhada, desculpe a sinceridade, Sr. Deputado, porque não tem ponta por onde se pegue.

Não sei quem é, não sei quem são os detentores. Para que fique aqui claro, não sei quem são os detentores das unidades de participação do fundo, nem tenho de saber. Não sei se são 300, se são 1000, se são 20 000, se são 30 000, sei quem é e com quem falei da sociedade gestora desse fundo, da UCAP.

Ó Sr. Deputado, não sei se o Sr. Deputado subscreveu algum fundo na vida. Eu, infelizmente, nunca subscrevi, nunca tive condições para isso. Mas até sou casado com... A minha mulher até tem a mania dos investimentos, e tal e, de repente, diz-me: «Meti 1000 € num fundo e tal».

Mas quando se subscreve um fundo... Eu chegaria a um banco: «Quero subscrever um fundo.» Há lá vários fundos, acho eu, uns com maior risco, outros com menos risco, etc.

Quando chego ao banco não peço a identificação dos depositantes do fundo, quando muito quero saber quem é que gere o fundo. Normalmente, são bancos, como a gente viu no caso do BES, etc. Normalmente são bancos, são entidades bancárias, como neste caso é a UCAP, que é um banco, é uma entidade financeira, bancária.

Portanto, não sei, e quase me atrevia a dizer que não sei, nem quero saber. Não é não quero saber, também não me importava de saber quem são os depositantes do fundo. Mas, quer dizer, parece que é um crime meter-se dinheiro num fundo.



Há uma coisa que a sociedade gestora já me garantiu, Sr. Deputado, e já foi transmitida à ERC, no momento certo, que é: nenhum depositante do World Opportunity Fund possui uma unidade de participação superior aos 5 %. Isso foi formalmente dito há cerca de três meses à ERC.

Relativamente a esta última decisão da ERC, vamos, obviamente, defender-nos — chamemos-lhe assim —, mas, pelo caminho que isto leva, Sr. Deputado, um dia destes acordo e vejo a ERC, que é uma entidade sobre a qual eu tenho a minha própria opinião, mas não vale a pena expressá-la aqui, mais até sobre a antiga composição, quando era presidente aquele juiz, o Sebastião Póvoas... Um dia destes arrisco-me a acordar e ver que a ERC nomeou um comissário político, só falta isso. Por exemplo, o Dr. Pacheco Pereira fica sempre bem, o Dr. Pacheco Pereira fica sempre bem em tudo.

Ou então, à falta do Dr. Pacheco Pereira, pode ser aquele, de outro nível, obviamente, o Pedro Marques não sei quê. Quer dizer, só falta isto. Tem de perceber uma coisa, Sr. Deputado, a ERC é um organismo de regulação, não é mais do que isso. Mas a ERC são, como se diz, «contas de outro rosário».

O Sr. **Presidente**: — Estamos mesmo com uma dificuldade em cumprir os 5 minutos de resposta.

Vamos passar a palavra ao Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal. Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Patrícia Gilvaz.

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Gilvaz** (IL): — Sr. Presidente, cumprimento as Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, cumprimento o Sr. José Paulo Fafe e saúdo a disponibilidade para estar aqui hoje a prestar esclarecimentos à Assembleia da República, após ter mudado de ideias face à sua anterior decisão.

Uma vez que esta é a Casa da democracia, o responsável máximo por um grande grupo de comunicação social, ainda que privado, deve estar disponível para comparecer perante os Deputados, porque quem escrutina nunca deve ter receio de ser escrutinado, porque a informação como pilar da democracia só exerce, de facto, a sua missão como quarto poder se funcionar segundo regras basilares de idoneidade e transparência. E não estamos a falar de uma empresa qualquer, é certo, estamos a falar do quarto poder, garante de um Estado de direito democrático.

Há várias questões que precisam de ser esclarecidas, há várias questões que já foram colocadas, nem todas foram respondidas.

Disse, há pouco, que o Sr. Presidente da República contribuiu para fracassar o negócio da Lusa. Gostaria de lhe pedir se pode detalhar e especificar o porquê de ter dito isto.

Por outro lado, já disse que não sabe quem são os titulares do fundo de investimento, mas então reitero uma pergunta que também já foi feita, ou seja, quem o contactou em nome deste fundo, quem são os representantes deste fundo que deram a cara por este negócio.

Pergunto também se confirma que Luís Bernardo, ex-assessor de comunicação de José Sócrates, foi um dos intermediários na aquisição da maioria do capital do GMG ao empresário Marco Galinha e se lhe foi dito na altura que o fundo pretendia fazer investimentos no Grupo Global Media.

Prestou declarações recentemente, garantindo ter havido aproximadamente 10 milhões de euros em investimentos. A pergunta que se coloca aqui é: para onde é que foi este dinheiro, se o Grupo, neste momento, não dispõe sequer de liquidez suficiente para pagar salários? Como é que se passa de uma promessa de investimentos em setembro para a necessidade de haver despedimentos coletivos em novembro?

Foi-nos garantido aqui, neste Parlamento, noutras audições, que o *JN* e a *TSF* são empresas solventes e até rentáveis. Queria perguntar-lhe se confirma ou se desmente estas declarações.

Em entrevista ao jornal *ECO*, declarou que pela lógica do mercado este Grupo já devia estar fechado. Queria perguntar se tem noção dos graves efeitos reputacionais que esta declaração causou às marcas do GMG.

Como é que um grupo empresarial à beira da falência, como já admitiu, se prepara para lançar um novo jornal semanal intitulado *É Brasil*? Pergunto quem é que está a pagar e quanto é que custam os recursos humanos que já foram contratados para este jornal.

A entrada do World Opportunity Fund no GMG estava relacionada com a prevista aquisição de aproximadamente 46 % da participação que a Global Media e a Páginas Civilizadas detêm na Lusa? Pergunto se a ideia deste negócio partiu do Governo, se falou com algum membro do Governo sobre a venda desta participação, se tinha a expectativa de que o Governo estava disposto a pagar 2,5 milhões de euros pela aquisição de capital na Lusa.

Por outro lado, Marco Galinha, hoje de manhã, disse-nos que chegou a haver um pré-acordo e que até viu uma assinatura digital de um membro do Governo nesse documento. Pergunto o que é que inviabilizou este negócio.

Marco Galinha e outros três acionistas minoritários acusam o fundo de incumprimento contratual e admitem recorrer a todos os meios legais para restaurar a credibilidade do Grupo. Sente isto como uma ameaça? O que faz Duarte Moral, assessor de António Costa, no GMG? Irá assumir funções enquanto administrador?

Porque é que uma empresa com tantas dificuldades financeiras e prestes a concretizar um dos maiores despedimentos coletivos da imprensa portuguesa acaba por contratar 35 profissionais para várias áreas, incluindo assessorias? Esta pergunta já foi aqui feita hoje e ainda não foi respondida.

O que faz no GMG o jornalista Mário Carneiro, contratação muito recente com salário ao nível da administração, segundo hoje noticia o *Correio da Manhã*? Pergunto também se alguma empresa do administrador Paulo Lima Carvalho, ou gerida por ele, tem contratos de prestação de serviços com o GMG, nomeadamente colocando pessoas externas a colaborar? Em caso afirmativo, quantas são e quantas foram contratadas, por que preço? Por que motivos foram suspensos os programas de opinião na TSF se não havia justificação para tal?

A ERC acaba de anunciar um processo administrativo contra o fundo por manter dúvidas consistentes sobre a propriedade deste. Pergunto se está preparado para esclarecer todas as dúvidas, como a lei da transparência exige. Como é que reage ao facto de lhe ter sido instaurado um processo pela ERC por incumprimento de obrigações legais de reporte do regime de transparência quando estava no *Tal & Qual*? E, por último, tenciona demitir-se de administrador executivo do Global Media, face à monumental onda de críticas que o seu desempenho já suscitou em tão poucos meses? Obrigada.

O Sr. **Presidente**: — Devolvo a palavra ao Presidente da Comissão Executiva do Global Media Group, José Paulo Fafe.

O Sr. **José Paulo Fafe**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, não nos conhecemos, infelizmente, mas, se nos conhecêssemos, a senhora tinha dispensado de

fazer a última pergunta: não, não me demito. Eu não viro a cara, nunca virei a cara a nada na vida e não vou virar agora.

Estou a passar um momento mau. Atenção, sou o primeiro a reconhecê-lo. Não gosto de ver o meu nome como está a ser usado neste processo. Obviamente, não gosto. Incomoda-me, fere-me, dói-me, é a verdade. Mas não contem comigo para fugir, porque eu não fujo. Tenho muita pena, peço imensa desculpa a quem me quer ver pelas costas, mas para utilizar uma expressão, que não é uma expressão bonita, mas que eu não resisto a usar, «vão ter de levar comigo» até eu decidir.

Bom, vamos começar pelo Prof. Marcelo Rebelo de Sousa, pelo Sr. Presidente da República? Vamos embora. Ora bem, disse e repito: aquilo que considere e considero, desde sempre — e que já lho disse pessoalmente e por mensagem ao Sr. Presidente da República, e disse-lhe pessoalmente com testemunhas —, muito estranho é o excessivo interesse que ele sempre mostrou pelo negócio da Global Media. Como já lhe disse por mensagem do *WhatsApp*, já lhe disse pessoalmente, etc.

Atrevo-me a dizer, e também já disse isto, portanto, não é novidade, que o Prof. Marcelo Rebelo de Sousa, que conheço há muitos anos, por quem tenho estima pessoal, de quem até sou vizinho, veja lá — ou era porque ele agora deixou de viver ao pé de mim —, e encontrávamo-nos a tomar banho na mesma praia, até no inverno, repito, atrevo-me a dizer que o Prof. Marcelo Rebelo de Sousa foi, se calhar, involuntariamente, se calhar, por ser o feitio dele, uma das pessoas nos últimos meses que mais contribuiu para fomentar a intriga em redor do negócio, criando e veiculando boatos sobre o fundo — como ele próprio me reconheceu a mim em mensagem, atenção! — e tentando condicionar algumas mudanças até a nível editorial.

Portanto, estou muito certo sobre isto: o que eu tenho a dizer já o tinha dito, repito-o aqui, perante os Srs. Deputados, sem qualquer problema, assumindo-o até ao fim.

Pergunta-me também sobre o Luís Bernardo. Conheço o Luís Bernardo desde, sei lá, talvez princípios dos anos 90, quando ambos coincidimos numa viagem que fizemos a Bruxelas e a Gelsenkirchen, a convite da NATO (North Atlantic Treaty Organization), para um daqueles cursos que a NATO fazia para jornalistas, etc. Sempre tive a melhor impressão pessoal do Luís Bernardo, sempre tive a melhor impressão profissional do Luís Bernardo, enquanto jornalista, porque o conheci como jornalista, e enquanto consultor de comunicação, onde observei ao longe o trabalho dele.

Não falei com o Luís Bernardo durante alguns anos, por uma razão muito simples, porque achava que até não devia falar, porque o Luís Bernardo era assessor do Primeiro-Ministro, Eng.º José Sócrates...

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Ainda o processa!

O Sr. **José Paulo Fafe**: — Como? Não ouvi, diga lá.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Veja lá que ele ainda o processa!

*Risos.*

O Sr. **José Paulo Fafe**: — Não processa nada. Mas ele processou alguém? Ah, é verdade, é verdade. Ele lá terá as suas razões, Sr.<sup>a</sup> Deputada! Ele lá terá as suas razões!

Mas voltando, para «não perder o fio à meada», o que estava a dizer é que tenho a melhor impressão dele, pessoal e profissional. Estive uns anos sem falar com ele, porque ele era assessor do Eng.º José Sócrates, e a minha relação com o socratismo ou com aquele consulado socrático — não com o Partido Socialista, e muito menos com muitas pessoas do Partido Socialista de quem sou amigo e com quem até no passado colaborei —, digamos assim, não foi nunca muito famosa. Aliás, fui até motivo de várias notícias, na *Visão*, etc., como sendo uma das pessoas que estava por trás daquela coisa do Freeport e tal, que não fui, mas pronto, tudo bem.

Portanto, até tive algum afastamento dele ali, porque achei que não ia ter alguma relação com o Luís Bernardo, até porque o prejudicava a ele, digamos assim, que o podia prejudicar. Mas como disse, na altura em que eu iniciei este projeto — estou a falar há um ano e tal, há um ano e pouco —, quando eu...

Muito rapidamente, fui à Suíça falar com o Sr. Clément Ducasse e com o Sr. Bruno Bellet, que são duas pessoas que são dirigentes da UCAP. E fui por sugestão de um amigo meu, que sabendo deste meu projeto, disse-me o seguinte: «Oiça, há aí um fundo que eu conheço, uns tipos de um fundo e tal, uma sociedade gestora de fundos, e porque gerem 30 e tal mil milhões, que queriam investir em media e no digital no Leste, e agora com esta história do conflito da Ucrânia e tal, então a virar-se para outras geografias — como se diz agora — e, se calhar, isso é interessante e você não perde nada em expor lá o seu projeto.» E eu disse: «Claro que não.» E fui, fui a Genève. «Está disponível para ir a Genève? Estou».

Fui a Genève, onde mais tarde voltei com o Marco Galinha e com o filho do Marco Galinha, e tive uma reunião com o Sr. Bruno Bellet e outra pessoa de que não me recordo agora o nome. No fim dessa reunião, expus

aquilo oralmente no meu francês macarrónico, próprio da minha geração, e, no fim, ele disse: «Você quando é que vai embora?» Eu disse: «Olhe, vou amanhã, às 9 horas ou às 10 horas da manhã», «Você consegue ficar mais umas horas?», «Consigo, e tal», «É porque eu gostava que você falasse com outra pessoa»

E assim foi. Fiquei, pediram-me se eu passava aquilo para um papel e eu fiz um A4, pouco mais de um A4, sobre qual era a ideia do projeto. No dia a seguir tive a reunião, eles perguntaram que grupos é que estariam à venda — isto agora não interessa, senão íamos aqui alongar-nos — e vim para Portugal.

Ao fim de 15 dias pediram-me para ir novamente a Genève, eu fui, e disseram-me: «Sim, senhor, vamos em frente, de quanto é que você precisa?» Começámos a falar de pormenores, e voltei a Portugal, portanto, já, digamos, entre aspas, mandatado, e volto a referir, entre aspas, para levar a cabo este projeto.

A primeira pessoa com quem falei de tudo isto e a primeira pessoa que eu desafiei para entrar no projeto foi o Luís Bernardo. Porquê? Primeiro, porque tenho confiança nele; segundo, tenho uma boa relação com ele; terceiro, porque o Luís Bernardo tem provas dadas relativamente à montagem de processos semelhantes, nomeadamente na Media Capital.

Aliás, antes da Media Capital, ele trabalhou com o Eng.º Paulo Fernandes na Cofina, na compra da TVI, só que depois houve aquela coisa e ele ficou com a Media Capital. Teve um grande trabalho no Benfica a nível digital, fez um grande trabalho enquanto foi diretor de comunicação do Benfica. Ele é um dos responsáveis pelo lançamento da CNN Portugal, que é um excelente produto, do meu ponto de vista, e foi isso que me levou a falar com o Luís Bernardo.



O Luís Bernardo, a partir desse momento, participou comigo em algumas reuniões que eu mantive com várias pessoas, não com o fundo — ele nunca esteve com o fundo, para que fique claro. E quando assumi funções na Comissão Executiva, contratei a empresa do Luís Bernardo para prestar serviço no Global Media Group.

O valor de 10,2 milhões de euros, foi o que eu referi, foi o que nós referimos num comunicado, pequei por defeito, são 10,250 — foram 10 milhões e 250 mil euros que o fundo já investiu em todo o negócio Global Media. Perguntou-me como. Vou dizer: 7 milhões pela compra da posição na Páginas Civilizadas — para que fique claro, investimos 7 milhões na compra da posição de 51 % na Páginas Civilizadas.

Quando se diz que o maior acionista do Global Media Group é o fundo, não é verdade. O fundo tem, indiretamente, quando muito, 26 % do Global Media Group. O maior acionista do Global Media Group é o Sr. Kevin Ho, que tem 30 %, se não tem 30 %, tem 29 %, 29 e qualquer coisa.

O segundo maior acionista somos nós, a seguir estará o Marco Galinha através do Grupo Bel, que deve ter o correspondente aí a 24 %, 24 e meio, e depois está o Sr. José Pedro Soeiro, que tem 20 %.

Portanto, o fundo pagou 7 milhões pela posição, em duas tranches, uma que estava para ser de 3, mas depois o Marco Galinha pediu para ser de 4 ou 4,5, à última hora, porque precisava, e outra de 3 milhões, ou 2,5 milhões, ou o que foi, pagas por transferência bancária, com base no contrato que foi feito, assinado, e que está arquivado. Os restantes 3 milhões e 250 mil foram investidos nestes últimos três meses.

Bom, desencontro entre acionistas... Falou-me em desencontro entre acionistas? Não? Então é uma coisa antiga.

Lusa: quem é quem viabilizou o negócio? Tentei explicar há pouco, não sei se a Sr.<sup>a</sup> Deputada... Talvez, para não me repetir, o Governo desistiu de fazer o negócio, alegando não existir um consenso partidário quanto à venda das participações, o que me surpreendeu. Surpreendeu-me, porque eu sei — e digo-o aqui sem qualquer problema — que o PSD, numa primeira fase, tinha dado o acordo para o negócio, através do Sr. Dr. Paulo Rangel.

Foi-me transmitido isso por um alto responsável do PSD, que, curiosamente, dois meses mais tarde, nas vésperas do negócio ter ficado inviabilizado, num jantar que teve comigo, e quando eu puxei o assunto, teve uma posição que eu achei estranha na altura, porque, passe a expressão, «torceu o nariz». Quando eu lhe falei da capitalização, ele disse: «Ah, não é bem assim, não é bem assim, temos de saber os contornos do negócio.» Mais claro não podia haver. Mais claro não podia haver!

Fui surpreendido — estou aqui a consultar, já vão ver porquê —, na altura, pela postura, que, para mim, foi algo inesperada, inopinada, desse alto responsável do PSD, eu digo o nome, não tenho problema nenhum: Secretário-Geral Hugo Soares. Não tenho problema nenhum.

E nem disse aos meus colegas de comissão executiva, porque eu não quis pensar o pior. Depois soube que, de facto, o Deputado Paulo Rangel tinha transmitido, segundo me disseram, ao Ministro Adão e Silva, o seu desacordo quanto ao negócio.

Perguntou-me, há bocado, se tinha falado com algum membro do Governo sobre o negócio, não, não falei. Não falei com nenhum membro do Governo, nem de perto nem de longe. Quem conduziu as negociações sempre, dando-nos conhecimento delas, aparentemente, foi o Marco Galinha, que foi quem as iniciou.

Não tenho a mania da teoria da conspiração, Sr.<sup>a</sup> Deputada, mas conheço uma pessoa há muitos anos — desculpe lá eu estar aqui a consultar o telefone — que tem, e há bocadinho, antes de se iniciar esta sessão, mandou-me um *WhatsApp* com uma capa do *Tal & Qual* antiga, e disse isto: «Estás aí por causa disto» ou qualquer coisa no género ou «Olha o que deu na Lusa».

É uma capa do *Tal & Qual* — nem me lembrava! — de... (peço desculpa, estou só ver a data, já agora, porque acho que é importante) ... maio de 2023, cujo título é: «Montenegro prepara assalto ao *Correio da Manhã*.» E é uma reportagem. Depois puxei pela cabeça e estou a lembrar-me de que havia uma estratégia, havia um grupo ligado à Alpac, o PSD, Jorge Mendes, e já não sei quem mais, que preparariam a compra da Cofina, na altura. Não sei se se lembram disso.

Eu, na altura, estava em Espanha e até não tinha já diretamente a ver com o *Tal & Qual*, já estava afastado — na prática, afastei-me do *Tal & Qual* para aí talvez em março, abril —, mas recebi um telefonema do mesmo Hugo Soares, lembro-me perfeitamente, eu estava no Uber a ir para uma tourada, veja lá — peço desculpa, peço desculpa.

Recebi um telefonema do Dr. Hugo Soares, iradíssimo, aos berros, porque tinha a capa do *Tal & Qual*, e a questionar-me sobre isso. E eu, de facto, volto a dizer, não sou nada partidário da teoria da conspiração, é uma coisa que até me irrita algumas vezes, mas comecei a pensar se, efetivamente, o volte-face do PSD na agência Lusa não tem alguma coisa a ver com esta capa do *Tal & Qual* sobre o negócio da Cofina.

Se calhar não tem, se calhar estou a dizer o maior disparate do mundo, mas não resisti a deixar esse apontamento.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.<sup>a</sup> Deputada Patrícia Gilvaz pede a palavra sobre a condução dos trabalhos?

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Gilvaz** (IL): — Exatamente, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — É para recomendar que eu tenha mais atenção ao tempo das respostas?

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Gilvaz** (IL): — Não, não é. É para dizer que a capa do *Tal & Qual* é muito importante, mas mais importante do que isso foram duas questões que eu coloquei, que já foram colocadas por outros Srs. Deputados e que continuam a não ser respondidas, nomeadamente: como é que uma empresa com dificuldades financeiras...

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada...

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Gilvaz** (IL): — ... ainda contratou 35 profissionais e quem é a cara, o representante, deste fundo? São duas perguntas muito importantes que ainda não foram respondidas hoje.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, nós temos uma segunda ronda. Se os Srs. Deputados entenderem que devemos fazer uma segunda ronda...

*Protestos da Deputada da IL Patrícia Gilvaz.*

Peço desculpa?

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Gilvaz** (IL): — Peço que fique em ata.

O Sr. **Presidente**: — Pede para ficar em ata. Muito bem, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

Na segunda ronda, poderá colocar novamente essas questões.

Vamos dar a palavra ao Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português. Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, cumprimento o Sr. José Paulo Fafe.

Queria começar por dizer que consideramos que a intenção que está em cima da mesa, de um despedimento de cerca de 200 trabalhadores do Grupo Global Media, é inaceitável.

Em primeiro lugar, há questões que se prendem com os postos de trabalho, com os direitos destes trabalhadores, que não estão a ser salvaguardados nem respeitados; mas também, esta intenção coloca em causa os títulos tal qual como se conhecem hoje. Não é de agora, tem havido e prossegue uma linha de esvaziamento das redações, de desvalorização dos títulos.

Há um conjunto de aspetos que têm vindo a ser tornados públicos e que são, de facto, elementos de grande preocupação. Obviamente que esta intenção ou a perspectiva de um despedimento de 200 trabalhadores — estamos a falar de mais de um terço, segundo os números que foram aqui tornados públicos nas audições que tivemos — foi o que despoletou esta crise, bem como aquilo que se tem vindo a conhecer da demissão dos diretores do *JN*, da *TSF*, do jornal *O Jogo*, do *Dinheiro Vivo* e aquilo que se

conhece, e que foi aqui também relatado, de interferências e pressões junto das redações, de pressões, chantagens, ameaças junto dos trabalhadores.

Recordo um comunicado da administração, creio que de setembro do ano passado, na sequência da greve da TSF, com uma ameaça aos trabalhadores, dizendo que seria a última tentativa para salvar a TSF. Era esta a ideia que estava expressa.

O não pagamento dos fornecedores, o facto de os *sites* de alguns dos órgãos de comunicação social terem ficado um período sem atualização, a orientação que foi dada e que foi conhecida da suspensão dos contratos com os correspondentes, em particular do *JN*, a suspensão, na TSF, dos programas de opinião, tudo isto são aspetos que resultam das decisões da administração do Grupo.

De facto, fica evidente que há aqui uma clara intenção de descaracterização destes órgãos de comunicação social. Creio que isso é muito claro relativamente a esta matéria. E a questão que se coloca é qual é que é a motivação, uma vez que tudo isto resultou — aliás, foi-nos também aqui transmitido — nas perdas de receitas em alguns dos órgãos de comunicação social. Creio que esses aspetos são extremamente negativos para os respetivos órgãos de comunicação social.

Também não se compreende como é que se justifica que, ao mesmo tempo que se pretende despedir cerca de 200 trabalhadores, a administração proceda à contratação de assessores. Temos, de facto, a informação de que a massa salarial das 34 pessoas que foram contratadas representa mais de 2 milhões de euros. Há 13 pessoas dessas com um salário anual acima de 85 000 €, mais de 6000 € por mês, quando, no Grupo, e como se sabe, há trabalhadores com salários extremamente baixos.

É feita referência a um plano de reestruturação do Grupo, mas ainda ninguém sabe em que consiste esse plano de reestruturação. Ou esse plano de reestruturação limita-se somente à redução do número de trabalhadores? É somente isso que está previsto neste plano de reestruturação? Valia a pena, também, fazer esse esclarecimento.

Foi tornado público que, por exemplo, no caso da TSF, tinha sido assumida com a direção, que agora está demissionária, a contratação de 10 trabalhadores. Depois, houve um volte-face. O que é que justificou essa alteração e o facto de esse compromisso não ser agora assumido? Lá está, são estas contradições

Ao mesmo tempo que está em cima da mesa, por parte da administração, despedir 200 trabalhadores, foi tornado público, por si, numa entrevista que deu, que se pretende iniciar um novo título denominado *É Brasil*. Também aqui um conjunto de contradições.

Gostaria de lhe perguntar como e quando é que pretende pagar os salários em atraso aos trabalhadores, o subsídio de Natal e os salários dos trabalhadores com recibos verdes. Porque, de facto, isto é verdadeiramente angustiante para a vida destes trabalhadores, cujos postos de trabalho são colocados em causa e que não têm o devido pagamento do salário — que é um direito e é de uma enorme gravidade o mesmo não estar a ser pago e não haver nenhuma perspetiva para o seu pagamento.

Sobre a situação financeira do Grupo, importa ter aqui alguns esclarecimentos e gostaria de lhe colocar também as seguintes questões. Há dados públicos, declarações que foram feitas, em que se refere que, no início do ano de 2023, a situação do Grupo era sólida e rentável e que não havia praticamente dívida à banca. E, agora, esta administração diz que o que há

são dificuldades financeiras e que não tem acesso à conta bancária do Banco Atlântico Europa. Como é que nestes meses a situação se inverte?

Importa que haja aqui, também, uma explicação relativamente a esta matéria, porque, de facto, não se compreende qual é a estratégia para os órgãos de comunicação social do Grupo. Aquilo que tem vindo a ser tornado público é sempre numa perspetiva de desvalorização, de redução das redações quando aquilo que seria necessário seria até reforçar essas mesmas redações.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, peço que conclua.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Sim, Sr. Presidente, vou terminar.

Há uma questão que também ainda não foi respondida, porque a verdade é que não foram prestados os efetivos esclarecimentos que a ERC solicitou relativamente às questões de transparência, e continua por não se saber quem é que está por detrás do fundo.

E uma última questão, Sr. Presidente, sobre o seguinte: a informação pública que há é que o *Jornal de Notícias* dá lucro. Referiu aqui um conjunto de números relativamente às vendas do *Jornal de Notícias*, mas esses números não correspondem aos dados, por exemplo, do terceiro trimestre de 2023 da APCT (Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação), que refere que o total de vendas são 22 343 exemplares: 19 327 impresso, 3014 digital. De facto, os números não batem certo, e estes são os dados da APCT.

Portanto, importa dar esclarecimentos relativamente a esta matéria. Deixo as restantes perguntas depois para a segunda ronda.



O Sr. **Presidente**: — Devolvo a palavra ao Presidente da Comissão Executiva do Grupo Global Media, José Paulo Fafe.

O Sr. **José Paulo Fafe**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, vou começar pela motivação. Perguntou-me qual era a motivação. A motivação é salvar o Global Media Group. Volto a dizer: o Global Media Group tem um prejuízo acumulado de 50 milhões de euros, praticamente, tem atualmente uma dívida a fornecedores de 5 milhões de euros, e fechará este ano com um passivo de 7 milhões de euros.

Quanto ao despedimento, volto a dizer: a última coisa que eu pensei na vida era passar por uma situação destas. Mas, infelizmente, é o seguinte: ou o Global Media passa de ter 530 trabalhadores para 330 a 350 ou, pura e simplesmente, não é viável, Sr.<sup>a</sup> Deputada. Infelizmente, não é viável. Oxalá pudesse ter 700 ou 800 trabalhadores. Não é viável.

E, quando falo em reforço de redações, olhe, a redação que mais precisava de ser reforçada foi reforçada: a do *DN*, que — como disse há pouco — tinha 17 jornalistas que faziam um jornal de 32 ou 40 páginas, 365 dias por ano. Não vou reforçar a redação do *Jornal de Notícias*, que é feito por 160 pessoas. Não me peçam isso — 160 pessoas, 90 mais 70, Sr.<sup>a</sup> Deputada. Não me peçam isso, porque não o vou fazer. Agora, reforcei a redação do *Diário de Notícias*? Reforcei, sim, senhora.

Interferências editoriais: nunca houve nenhuma interferência da gestão a nível editorial. Isso é uma falsidade sem nome. Vou dizer-lhe os dois casos que apontam. O primeiro caso foi ainda não no meu tempo, digamos assim. Foi, aliás, o administrador Paulo Lima de Carvalho, foi protagonizado por ele. Ele, a certa altura, viu, no *site* da TSF, uma notícia da própria TSF, baseada na Lusa — sempre a Lusa, aliás, a Lusa está sempre presente nestas

coisas —, que dizia o seguinte: Global Media é caloteira e tal, não pagou ainda o que deve do prémio de ciclismo do *JN* do ano passado, tal, tal, tal, tal.

E o Paulo Lima de Carvalho — e bem, e bem! —, que estava lá no Porto, inquiriu junto da TSF: «Eh, pá, quem é que fez isto?» Até porque acho que nem correspondia à verdade, embora, muitas vezes, a Global Media não pague o que deve, isso aí é a começar pelos salários. Mas, no caso, questionou, dizendo: «Não podemos ter um órgão do Grupo a colocar uma notícia destas, aliás, sem ouvir o Grupo.»

Mas isso também se passou noutra dia, quando a líder do Bloco de Esquerda, a Deputada Mariana Mortágua, deu uma entrevista à TSF e atacou o fundo e a Global Media.

*Protestos da Deputada do BE Joana Mortágua.*

Ó Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Mortágua, não se amofine, porque é verdade. E foi publicado, ainda hoje ou ontem, um texto do líder parlamentar do Bloco de Esquerda.

Foi publicado isso sem que nenhum jornalista do *Diário de Notícias* — e eu transmiti essa minha estranheza ao diretor — perguntasse à administração ou ao representante do fundo, que no caso sou eu, se queria reagir a isso, que eu acho que era do mais elementar. Mas isso foi um aparte.

O mesmo ocorreu com esta notícia sobre o calote que a Global Media tinha lá a um senhor do ciclismo.

A segunda acusação de ingerência a nível editorial prende-se com uma coisa surreal. Há dois anos, dois anos e pouco, as revistas *Evasões* e *Volta ao Mundo*, que estavam sob a alçada ou sob a coordenação editorial do

jornalista Pedro Lucas — que é o diretor, também, da *Men's Health* e da *Women's Health* —, foram-lhe retiradas de um dia para o outro, passe a expressão, «sem lhe dar cavaco». Foram transferidas para a órbita do *JN* ocasionando, eu peço-lhes atenção a isto, um despedimento, penso, de cinco ou seis jornalistas. Na altura, ninguém se preocupou. E isso foi uma decisão de gestão, de administração, foi uma decisão administrativa, de gestão. Longe de mim, classificá-la como ingerência na área editorial.

No entanto, quando agora, e a decisão foi minha, pessoal, obviamente com o acordo da Comissão Executiva, devolvi a revista *Evasões* — que hoje em dia não é revista, é um caderno — e a revista *Volta ao Mundo* à coordenação editorial do Pedro Lucas, fui vítima — vítima, vítima, realço, vítima — de um comunicado do Conselho de Redação do *JN* — comunicado esse que, curiosamente, é produzido numa reunião tida numa sexta-feira e de que eu só tenho conhecimento na terça através do *Público*, porque nem tiveram, nem tinham obrigação, pronto, de me enviar —, acusando-me de ingerência editorial. Isto não é, obviamente, ingerência editorial, isto é uma decisão de carácter administrativo e do foro de gestão.

Bom, sobre a TSF, Sr.<sup>a</sup> Deputada... A TSF — e eu disse isto —, pela implacável lógica capitalista, estaria hoje fechada. A TSF perdeu, em 2018, 1 milhão e 700 mil euros; em 2019, 973 000 €; em 2020, 2 milhões e 120 mil euros; em 2021, 269 000 €; em 2022, 1 milhão e 176 mil euros. Em 2023, pelas nossas contas, vai perder praticamente 2 milhões de euros, mais concretamente 1 milhão e 923 mil euros.

Quanto à TSF e às declarações da D.<sup>a</sup> Rosália Amorim, diretora que eu escolhi pessoalmente para assumir a TSF, deixe-me dizer-lhe uma coisa: de facto, prometemos ao Rui Gomes, diretor-geral da TSF — que ele é que é o diretor-geral da TSF —, e também, por tabela, à diretora por nós nomeada,

a contratação de 10 estagiários para a TSF. Infelizmente, fomos deparando com várias situações, que podemos mais tarde aqui elucidar, eu até gostava... e tivemos de recuar nesse propósito para já.

Tecnicamente, como lhe disse, a TSF é uma empresa falida. Não é de hoje. O projeto nada tem a ver com o velho projeto do Emídio Rangel. Quer dizer, tenhamos algum decoro! Do que eu tenho ouvido por aí, nada tem a ver.

A TSF nada tem a ver com a TSF que foi fundada há 35 anos atrás. Nada tem a ver. E sei bem, porque me lembro muito bem dessa altura. Eu era jornalista e trabalhava numa rádio concorrente, digamos assim, que era a Rádio GEST. Nada tem a ver.

Nós temos um projeto claro para a TSF, um projeto que a salve, que a transforme e que a conduza sustentadamente para a rádio que vem aí, que é uma rádio digital, que tem de ser cruzada com imagem, que tem de ter várias unidades de produção com vida própria: ou seja, canais temáticos, etc. Isso incomoda algumas pessoas, incomoda fundamentalmente quem não percebe o que é a rádio ou quem não quer perceber. Esse é o único caminho para a TSF, que tem de voltar a ser moderna, tem de voltar a ser inovadora e tem de ter futuro.

O Rui Gomes foi uma pessoa que sempre percebeu isso. Aliás, eu gostei muito da primeira conversa que tivemos porque o que ele pensava para a TSF é exatamente o mesmo que eu pensava. O Rui Gomes, se não foi fundador da TSF, andou lá perto. É uma pessoa, um profissional, de mão cheia. É um homem que tem uma grande experiência, com um currículo exemplar, chegou a estar como comissário, não sei se se diz comissário, como membro da ERC.

Mas a TSF é um caso curioso. A TSF é uma empresa à parte, no Grupo Global Media, e eu não resisto a contar-lhes o que se passou com a TSF, e o que me levou a dizer, de uma forma que foi muito criticada, até internamente, quando a D.<sup>a</sup> Rosália Amorim se demitiu, que só pecou por tardia a demissão dela. É verdade, só pecou por tardia e estou arrependido de a ter convidado para a diretora.

E vou contar-lhe, a título de exemplo, o que é que se passou no dia 7 de novembro, no dia em que o Primeiro-Ministro António Costa pediu a demissão. Eu, para azar dos Távoras, estava a ir para o Algarve. Tinha duas reuniões no Algarve. Estava a ir para o Algarve, portanto ia a ouvir rádio. Ia a ouvir, logicamente, a TSF. Não quis acreditar na cobertura que a TSF estava a fazer daquele momento. Não quis acreditar. Não quis, sinceramente.

Primeiro, tentei falar com a diretora e só consegui falar com a diretora às 11 horas da manhã. E quando falei com ela, ela disse-me: «Desculpe não o ter atendido, mas estava num pequeno-almoço.» Isto é uma coisa surreal. O País estava, passe a expressão, a arder, mas a Sr.<sup>a</sup> Diretora da TSF estava num pequeno-almoço. Tem todo o direito, mas acho que, primeiro, é diretora da TSF, e com o que se passava...

Depois eu disse-lhe: «Ó Rosália, oiça lá! Não tenho nada a ver com isto, mas o Fórum TSF desta manhã é sobre o conflito israelo-palestiniano. Isto não tem razão de ser, o Fórum, você veja, tem de ser sobre esta situação.» Obviamente, fui acusado de ingerência editorial! Não fui, de facto, mas, no íntimo, deve ter-me acusado. E disse-me: «Isso não pode ser porque não tenho coragem de dizer ao Manuel Acácio para mudar o tema do Fórum.»

Portanto, aí percebi que uma diretora que não tem coragem para dizer a um jornalista, por mais conceituado que ele seja, que é o Manuel Acácio,

«Ó Manuel Acácio, atenção que acho que o Fórum tem de ser sobre o tema que está a dominar a atualidade, que é mais do que previsível a demissão do Primeiro-Ministro António Costa e as buscas que tinham sido feitas, etc., etc.», aí, percebi que ela não tinha capacidade para dirigir a TSF. Tão simples como isso, acho que as coisas têm de se dizer de forma muito clara e sem qualquer acinte.

Isto é a TSF hoje em dia. Isto é a TSF. Vou dizer-lhe uma coisa: tive algumas reuniões com a Comissão de Trabalhadores da TSF e tenho a melhor impressão das pessoas com quem falei da Comissão de Trabalhadores da TSF. Acho que são pessoas muito empenhadas no projeto, são pessoas de muito boa-vontade e são pessoas muito capazes profissionalmente. Agora, têm de compreender uma coisa: a TSF tem de mudar, tem de se modernizar. Têm de perceber que a rádio que vem aí tem muito pouco a ver com a rádio que hoje é feita.

Acho que o jornalista Fernando Alves, que foi aqui citado hoje várias vezes... bastas vezes, pelo que eu ouvi, na audição do Marco Galinha...

O Sr. **Presidente**: — Pedia só, depois, que terminasse.

O Sr. **José Paulo Fafe**: — É muito rápido.

Fernando Alves mostrou uma grande coisa: «Saí porque não gosto de gente pouco fiável.» É muito engraçado. No dia que eu entrei na Global Media ou no dia a seguir, fui confrontado com um pré-aviso de greve, uma coisa extraordinária — no dia, nesse dia. E, nesse mesmo dia, alguém me disse que o Fernando Alves se ia embora. Portanto, não sei a que gente pouco fiável é que ele se referia. A nós não era certamente, porque nós tínhamos acabado de entrar naquele dia. Adiante.

O Sr. **Presidente**: — Damos a palavra agora à Sr.<sup>a</sup> Deputada eleita pelo PAN, Inês de Sousa Real. Tem também 5 minutos para colocar as questões que entender.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, cumprimento o Sr. José Paulo Fafe.

Não posso deixar de começar com uma nota muito sincera, porque, com todo o respeito e consideração que nos merece qualquer pessoa que venha a estas audições, permitir-me-á que diga que, de facto, é lastimável aquilo que temos ouvido e o modo como as intervenções públicas têm sido feitas. Na verdade, acabou por reproduzir um pouco esta desvalorização de marcas históricas, como é o caso do *JN*, do *DN* ou da *TSF*, e o tratamento até desumano que tem sido dado aos trabalhadores em todo este processo.

E, portanto, sem querer, de alguma forma, desconsiderar o tratamento que devemos dar a quem recebemos nesta Casa, não posso deixar de o fazer pela solidariedade que, de facto, os trabalhadores nos merecem, porque não nos faz sentido que tenha existido uma promessa de aumentos salariais que não se vieram a verificar e que tenha havido dispensa de trabalhadores.

Posso reformular aquilo que disse: os aumentos que aconteceram não só não foram acompanhados pelo tinha correspondido à negociação, como, ao colocarmos no bolo quer dirigentes quer funcionários que tinham, no caso particular da *TSF*, ordenados mais baixos, acabámos por atingir cerca de 20 % dos funcionários com salários mais baixos, o que não corresponde, de todo, às necessidades. Isto a par, depois, dos despedimentos e também dos trabalhadores a recibos verdes que foram dispensados e de termos neste momento trabalhadores que recebem apenas o subsídio de refeição, o que é

manifestamente indigno e não corresponde às suas justas expectativas e aos seus direitos, mas também não corresponde ao legado histórico deste Grupo e destes diferentes órgãos de comunicação social.

Não estamos aqui a falar apenas de direitos laborais, também estamos a falar do Estado de direito democrático. Estamos a falar de um papel que a imprensa livre e uma imprensa robustecida deve ter num Estado de direito democrático, portanto, não poderia deixar de lhe referir esta questão.

A minha primeira pergunta tem a ver com o seu regresso ao mundo dos órgãos de comunicação social após a sua saída do *Tal & Qual*, que ocorreu em maio de 2023. O Sr. José Paulo Fafe dizia, na altura, numa entrevista, que saía do mundo dos *media* para dedicar mais tempo à sua empresa, a ZPF Consulting, que tinha sofrido, ou que sofreu, com este afastamento para o *Tal & Qual*. Mas, para surpresa de todos, acabou por voltar para o World Opportunity Fund, que o convidou, tendo participado também nas reuniões prévias, segundo informações públicas, levando-o à aceitação do convite da sua parte.

Era importante perceber se, de facto, aquando deste convite, participou, ou não, previamente nas negociações para que isto fique claro. Por outro lado, que argumento é que foi usado para liderar o processo e que objetivos é que foram apresentados?

Desde já, como estive noutra comissão, peço desculpa se, por acaso, estou a repetir alguma questão, mas, como Deputada única, tive de estar noutra comissão. Se, porventura, me estiver aqui a repetir, peço-lhe as minhas desculpas.

Era importante, pelo menos na perspetiva do PAN, que esta questão ficasse esclarecida: quando aceitou o convite, sabia que ia ter de levar para o cargo uma onda de despedimentos coletivos? Isto já estava claro nos



objetivos que foram fixados, tendo em conta até os objetivos de aquisição que foram apresentados à ERC por parte do fundo? Pergunto também se, no âmbito da missão que lhe foi atribuída, se previam investimentos na área do imobiliário e também a alienação do património que veio a ocorrer.

A segunda pergunta prende-se com algumas contratações que se têm verificado e que depois não batem certo com as próprias receitas da Global Media que não cobrem as despesas. Ora, na sequência do afastamento de Domingos Andrade e do posterior pedido de demissão dos diretores do *DN* e do *JN*, veio a verificar-se a contratação de uma nova equipa de 35 profissionais. Isto levou, também, a um acréscimo de custos de tesouraria da Global Media que não está a ser suportado.

Mas, depois disto, viemos a saber ainda, por via do *LinkedIn*, que a Global Media estaria a contratar um especialista em *marketing*. Por isso, pergunto-lhe o porquê de, depois de afastar vários profissionais, seja contratados seja a recibos verdes, a administração contratar novos profissionais ou ir buscar profissionais cedidos por outros grupos, nomeadamente, de acordo com aquilo que tem sido avançado, da CNN. Pergunto se há aqui alguma estratégia futura que esteja a ultrapassar-nos em relação ao próprio Grupo.

Em relação à questão das transmissões, foi já dado conhecimento por parte da ERC, tendo em conta a invocação do artigo 14.º, de que foi aberto um processo administrativo e, a par desse, um processo relativamente às transmissões. Pergunto se, efetivamente, confirma que há alguma cedência em relação às transmissões, alguma alienação, ou se desmente o que foi anunciado pela ERC. Até porque, quando falamos do património destas empresas, não falamos apenas do património histórico ou imobiliário; falamos daquilo que são as linhas de transmissão que também têm valor,

nomeadamente de ocupação e de posição estratégicas no mercado. Gostaria de perceber.

Para concluir, esta terceira e última questão prende-se com quando o Sr. Marco Galinha entrou na Global Media. A ERC, na sua autorização para a aquisição de propriedade do *DN*, disse que a empresa estava sujeita a obrigações de pluralismo e diversidade que implicavam o respeito pelos jornalistas e exigiam a contratação de novos profissionais. Ora, se estamos aqui perante um despedimento de vários trabalhadores, isso viola claramente estas obrigações. Acha que isto cumpre com os compromissos assumidos perante a ERC e que demonstra a viabilidade do Grupo perante esses compromissos? Como é que, depois, não há aqui uma incoerência? Como é que justifica esta incoerência?

O Sr. **Presidente**: — Devolvo a palavra ao Sr. José Paulo Fafe, na qualidade de Presidente do Comissão Executiva do Grupo Global Media.

O Sr. **José Paulo Fafe**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, percebo que não deve ser confortável nem cómodo ser Deputada única, por isso, há algumas perguntas a que eu já respondi, mas vou tentar responder ao que possa não ter respondido.

Alienação de património... Sr.<sup>a</sup> Deputada, no nosso tempo, não fizemos nenhuma alienação de património, quanto mais não seja porque não existe. Já não existe! Existia o espólio... Existe o espólio, o tal espólio de que falavam, hoje de manhã, que nos propuseram vender quando entrámos e nós dissemos que não.

Atenção, há o espólio e o arquivo. Hoje percebi que havia uma confusão para algumas pessoas. Há o espólio ou o acervo e há o arquivo histórico do *Diário de Notícias*.

O espólio está, pelo que sei, num armazém em Turquel. O arquivo histórico está, dizem-me, bem acondicionado — eu ainda não o vi —, nas próprias instalações da Global Media, mas a pessoa que nós nomeámos para estar à frente do arquivo, que é uma pessoa muito exigente, disse-me: «Está descansado, que aquilo não está fantástico, mas está em condições perfeitamente aceitáveis.»

A questão da CNN não tem ponta por onde se pegue. Não há um caso. O que há, o que pode ter havido, Sr.<sup>a</sup> Deputada, eu agora já percebi, repito, que pode ter havido é que as informações, quando vêm, as pessoas às vezes não as transmitem bem porque às vezes também não sabem, e depois induzem em erro quem recebe a informação. O que pode ter havido foi algo que eu tentei fazer e não fiz, por uma questão que é óbvia, que era contratar comentadores, colunistas, numa espécie de *joint venture* com a CNN. E isto por uma razão muito simples.

Suponha que a CNN pagava, para o Sr. X ir lá aos programas, 4000 €, suponha, ou iria pagar, se o quisesse. E que o *Diário de Notícias* ou o *Jornal de Notícias* ou o que fosse, para ter essa mesma pessoa, pagaria normalmente 2000 ou 2500 €. Qual foi a minha ideia? De facto, falei com o Nuno Santos uma ou duas vezes sobre isso — falei com o Nuno Santos porque eu tenho uma boa relação pessoal com o Nuno Santos, atenção, apenas por isso.

E perguntei-lhe: «Porque é que nós não fazemos uma coisa? Porque é que não identificamos pessoas que tu queres e que eu queira, e que as direcções queiram, e não as contratamos em conjunto? Fazemos um contrato

de exclusividade em conjunto. Se calhar, tu não pagas 4000 € e passas a pagar 2500 € e, se calhar, eu não pago 2000 € e passo a pagar 1000 €!» Foi o que me passou pela cabeça e o que pensei fazer, mas que desisti de fazer.

Portanto, esta história da CNN, quando muito é isto. Não há qualquer outra situação.

Deixe-me dizer-lhe que os recibos verdes foram pagos na semana passada — os recibos verdes de outubro. Naquela casa, paga-se a 90 dias os recibos verdes, o que eu acho muito mal. Foram pagos na semana passada os recibos verdes, isso para que fique claro.

Já agora, deixe-me dizer-lhe que ontem tive uma reunião — uma *call*, como se diz agora — com o fundo e tive a promessa de, até ao início da semana que vem, se fazer uma transferência que pague os salários que estão em atraso.

E, deixe-me dizer-lhe, também tive a promessa do fundo de estudar a hipótese de rever — não vou dizer «rever», mas de analisar — a hipótese de fazer um pacote de, digamos, ajuda extraordinária à Global Media.

Porque quem conhece o mundo financeiro sabe que um fundo não investe propriamente em salários, investe em reestruturações, mas não em salários. O investimento em salários, para eles, é o chamado *cash burn*. Quem percebe de gestão — não sou um perito em gestão, mas tenho alguns conhecimentos —... Salários não, salários não é *cash burn*, minha senhora.

*Por não ter falado ao microfone, não se ouviu o comentário do orador.*

Eu não pude deixar de ouvir o seu comentário. Não ouviu bem o que eu disse. Desculpe, Sr. Presidente.

Um fundo, um investidor num negócio, gosta de investir em reestruturação. Um negócio tem de dar... Ele não pode perder dinheiro, pelo menos. O que se passa é que a Global Media perde, repito, 7 milhões, vai fechar o ano com 7 milhões de prejuízo.

Por alguma razão, os outros acionistas não metem 1 cêntimo, Sr.<sup>a</sup> Deputada. Recusam-se a meterem 1 cêntimo. Escudam-se no parassocial.

Os outros acionistas estão lá há muitos anos. Há alguns do tempo do Dr. Proença de Carvalho, como o Sr. Kevin Ho, o Sr. José Pedro Soeiro, etc. O Sr. Kevin Ho foi quem comprou o prédio do *JN*, por exemplo.

Não põem 1 tostão. Não põem, recusam-se a pôr. E o fundo já pôs, nestes três meses, como eu lhe disse, diretamente para pagar salários, 3 milhões e 250 mil euros na Global Media. Repito: em três meses. E agora vai pôr mais.

Espero, muito sinceramente, que tenha ficado sensibilizado com o que ontem transmiti e prepare, de facto, o pacote que pedi que preparasse, porque é fundamental que a Global Media tenha investimento. É fundamental, porque podemos pagar os salários na segunda ou na terça-feira, mas e depois no dia 27, como é que é? Há dinheiro? É que depois já não há dinheiro, porque as receitas são inferiores, de facto, aos custos.

E não me venham dizer que pelas contratações que fizemos. Sr.<sup>a</sup> Deputada, já tinha explicado aqui que nós não contratámos 30 pessoas, nós contratámos 20 e poucas pessoas. Não contratámos 35, contratámos 20 e poucas. Não, contratámos mais do que isso, porque falta pôr as 19 pessoas, que estavam com falsos recibos verdes e que nós integrámos no quadro.

Deixe-me só lhe dizer uma coisa — estou aqui à procura do papel e penso que está aqui —: para assessorar a Administração e os serviços de apoio à Administração, contratámos quatro pessoas, repito, quatro pessoas.

Tudo o resto são jornalistas, uma pessoa para a informática, uma pessoa para os serviços auxiliares e pouco mais.

Porquê? Porque internalizámos alguns dos serviços que eram prestados pelo Grupo Bel e, ao internalizar esses serviços, no financeiro, no jurídico, etc., obviamente, tivemos de contratar, porque no Grupo não existia gente para isso.

Apostámos em jornalistas, em vários jornalistas, já mencionei aqui vários, que reforçaram a redação do *Diário de Notícias*, que antes tinha 17 jornalistas, na prática, que faziam o jornal, repito, 365 dias por ano, enquanto o *JN* era feito por 160 pessoas. De facto, reforçámos o *Diário de Notícias* com 7, 8, 9 jornalistas, é verdade, todos eles de currículo à prova de bala, inquestionáveis.

Quanto à negociação... Ah, deixe-me dizer uma coisa: a promessa de aumentos salariais que existiu não foi no nosso tempo. Nós, quando chegámos, tomámos conhecimento de que tinha havido uma promessa de aumentos salariais, nomeadamente na TSF, mas não foi no nosso tempo. É muito fácil prometer, especialmente quando se sabe que se vai deixar ter responsabilidades na gestão.

Agora, vou-lhe dizer uma coisa: há salários que são uma vergonha. Há salários, naquele Grupo, que são uma vergonha.

Eu, no outro dia, estava reunido com uma comissão de trabalhadores e tive o cuidado, antes, de perguntar à pessoa dos recursos humanos ou ao financeiro: «Epá, faz-me um favor, diz-me quanto é que recebem as pessoas com quem eu vou falar». Era uma pessoa que trabalhava há 23 anos na TSF e que ganhava 870 € que estava a falar comigo. Eu tinha outra pessoa que estava ao pé de mim e que trabalhava há 20 anos na TSF e ganhava 1300 € e tinha outro jornalista que ganhava 1400 €. É uma vergonha.

O que se paga no Global Media Group e noutros grupos é uma vergonha. Sou a primeira pessoa a dizer e disse-o, na altura, a uma dessas pessoas, numa reunião seguinte, no decurso de uma conversa sobre salários. É uma vergonha.

Agora, Sr.<sup>a</sup> Deputada, nós, administradores daquela casa, também não recebemos salário — note-se, sublinhe-se. Nós impusemos a nós mesmos várias coisas, quando entrámos: primeiro, uma redução de salário relativamente aos últimos administradores, na ordem dos 1500 €; segundo, nenhum de nós possui carro da empresa. Nenhum de nós possui carro da empresa, não quisemos.

Eu, por exemplo, não tenho telemóvel da empresa. Eu ganho isto como CEO da Global Media: 4161 € limpos.

*O orador exibiu um documento com a informação referida.*

É o que eu ganho. Comparativamente com quem ganha 870 €, é muito dinheiro, mas, se formos comparar com os CFO de há muito pouco tempo na Global Media, que recebiam, por mês, 33 000 €, Sr.<sup>a</sup> Deputada — está aqui, 33 000 €, está aqui!

*O orador exibiu um documento com a informação referida.*

Obviamente, está sem nome: 33 000 €!

Ou então com o CEO de há quatro anos atrás, que recebia 500 000 €, convenhamos que não posso dizer que seja bem pago. Mas também deixe-me dizer-lhe...

O Sr. **Presidente**: — Pedia-lhe que concluísse, por favor.

O Sr. **José Paulo Fafe**: — Depois, se houver segunda ronda, tento responder.

O Sr. **Presidente**: — Vamos ter, de certeza, segunda ronda. Essa é uma garantia que posso, desde já, dar a todas e todos os Srs. Deputados e também ao Sr. José Paulo Fafe.

Dava a palavra, agora, ao Deputado único representante do partido Livre. Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares, nos próximos cinco minutos, também para colocar as questões que entender.

O Sr. **Rui Tavares (L)**: — Sr. Presidente, boa tarde, já boa noite, a todas e a todos e também ao Sr. Presidente da Comissão Executiva, José Paulo Fafe.

Não tenho maneira — não temos nenhum de nós e aparentemente também não tinham vocês, ao tomar conta do Grupo — de saber tudo acerca do historial dos vários detentores, dos vários proprietários do Global Media Group e, portanto, não temos como dirimir algumas das diferenças de opinião entre o que ouvimos hoje de manhã e o que estamos a ouvir agora.

Aliás, isso, do meu ponto de vista, só justifica que venhamos a fazê-lo, tão cedo esta Assembleia da República, numa próxima Legislatura, possa, para escarpelizar como é que se destrói valor, em qualquer das estruturas acionistas que já detiveram o Global Media Group e como é que se destrói valor de edifícios, valor jornalístico, valor patrimonial, capital, imaterial, num grupo que é um pilar do pluralismo da imprensa em Portugal.

Se há assuntos que, já na banca, já na indústria, suscitaram o interesse



deste Parlamento, a imprensa não pode deixar de suscitar, até pela obrigação constitucional que temos de promover e preservar os valores de acesso à informação e de pluralismo de imprensa, que estão constitucionalmente consagrados. Portanto, temos aí uma responsabilidade. Espero que venha mesmo a haver uma comissão de inquérito sobre este tema. Com que âmbito? Isso será definido pelo próximo Parlamento, mas tem de haver.

Queria começar por perguntar algumas coisas sobre o tema dos detentores, dos beneficiários finais, que nós não conhecemos, do fundo que detém a Global Media Group, ou que detém uma parte, já percebemos que é uma parte muito relevante, não maioritária.

O Sr. José Paulo Fafe conheceu o Sr. Bruno Bellet, da UCAP, sediada na Suíça — a Suíça não faz parte da União Europeia, está fora —, que, por sua vez, detém um fundo, o *World Opportunity Fund*, que aparentemente está sediado nas Bahamas. Também não estão na União Europeia, mas operam dentro da União Europeia, onde se aplica a Diretiva (UE) 1164/2016, mais conhecida por ATAD, na sua terceira versão, que é *Anti-Tax Avoidance Directive*.

Ela entrou em vigor, na sua plenitude, no passado dia 1 de janeiro de 2024 e uma das coisas que faz é mudar o ónus da justificação em relação a um fundo — chamam-lhe *shell company*, não é? — biombo, porque nunca sabemos o que é que está por trás dele, em dois aspetos fundamentais.

Um tem a ver com a justificação para a existência daquele fundo. Dantes, não era preciso ser nenhuma, quer dizer, quem detém um fundo, detém porque quer. É um pouco a explicação que nos deu. Não se sabe quem eles são, podem ser fundos de pensões, banca, quem quiser comprar uma parte, etc.

Mas alguma vez lhe foi apresentada pelo Sr. Bellet a justificação para

que tivesse de ser um fundo, porque não é a única entidade, o único agente económico, entidade empresarial que existe. Existem sociedades anónimas, existem empresas que são familiares, cujos detentores sabemos quem são. Ali, no caso, não sabemos. Porque é que não sabemos? Ou seja, qual é que é a justificação operacional para essa opacidade? Foi-lhe dito de alguma maneira? Procurou saber, quando foi contactado por eles?

Porque imagino que, se estava a apontar para trabalhar para X, para anónimos, procurou saber mais acerca de porque é que eles agem como agem.

O segundo aspeto é: tanto quanto possível, hoje em dia, sabe — nós não sabemos! — quem é o fundo para lá das pessoas com quem contactou, em Genebra?

E, no sentido contrário, que perguntas lhe foram feitas a si? Por exemplo, o estilo de gestão que tem — que já é muito conhecido de nós todos e estamos a vê-lo, ao vivo, aqui nesta audição parlamentar — faz parte de uma estratégia que tenha discutido antes com as pessoas com quem trabalha, para quem trabalha?

Disse que iria tomar estes passos, que iria ter esta atitude tão interventiva, tão vocal, mesmo na caracterização dos ativos da própria empresa que gere? Porque é inusitado, há de concordar, que, em público, por exemplo, se discutam vencimentos ou conversas com uma diretora de uma rádio. Devo dizer que, ao pequeno-almoço do dia 7, o que eu disse lá em casa foi que, por acaso, agora a Assembleia da República estava a ficar um bocado aborrecida, mas não fazia ideia de que o Governo ia cair à hora do almoço. Eu não tinha dotes de previsão desse género.

Mas, tirando esse detalhe, há um método na sua forma de gestão. Ele foi discutido? Está a ser discutido hoje? Está a ser aprovado pelos seus

*stakeholders*, como agora é muito moda dizer? Já agora, sobre os beneficiários finais, a diretiva contra o branqueamento de capitais — agora vai, acho, já na quinta versão — também obriga a que saibam os beneficiários finais, que operam na União Europeia, mesmo que os detentores estejam fora da União Europeia, na Suíça ou nas Bahamas.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Rui Tavares, peço-lhe só que o segundo aspeto seja mais breve e conclua.

O Sr. **Rui Tavares (L)**: — O segundo é só se vai responder à ERC com que brevidade, em relação àquilo que da ERC hoje em dia temos noção, que tem a ver com o incumprimento do artigo 14.º da lei de transparência dos *media*, não é. A Lei n.º 78/2015.

Então, uma última pergunta muito rápida, quanto ao arquivo, não o fixo, mas o digital. Neste momento, não temos acesso a nada do que foi publicado digitalmente nestes títulos há pouco tempo. Está perdido, não está perdido? Que garantias nos pode dar acerca disso?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, o Sr. José Paulo Fafe, Presidente da Comissão Executiva do Grupo Global Media.

O Sr. **José Paulo Fafe**: — Sr. Deputado, vamos começar pelo arquivo. Esta alteração de *sites* que houve no Global Media Group, que foi agora efetivada em dezembro — acho que até foi em novembro o do *JN* —, era uma coisa que estava planeada muito antes de nós entrarmos. Tem a ver com um acordo com a Google, que foi renegociado, e acho que bastante bem renegociado, ainda pela anterior Administração e que obrigou à mudança

dos *sites*.

Eu sou muito crítico dos novos *sites*, fundamentalmente em termos de *design*. Acho que não estão propriamente conseguidos. Aliás, ontem tive até uma reunião a pedir que se fizesse uma intervenção nesse aspeto, no aspeto do *layout* do *site*, que não acho que seja propriamente o mais feliz. Não sou um especialista em informática, sou apenas um utilizador.

Mas há uma coisa relativamente ao histórico — vamos chamar «histórico», em vez de «arquivo», se o Sr. Deputado não se importar — dos *sites*, e, aliás, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Rosário Gambôa falou disso e mais alguém falou e eu não respondi: de facto, garantiram-me, ainda ontem, que o histórico está preservadíssimo e está garantidíssimo, que é tudo uma questão de tempo. Foi-me ontem garantido, numa reunião em que estive com a presença, obviamente, do meu colega que tem essa área, que é o Dr. Paulo Lima de Carvalho, e foi-me garantido que faz parte desta transição, que pode demorar alguns dias, mas que estaria completamente garantido e preservado o histórico tanto da TSF como do *JN* e do *DN*.

Quanto aos meus dotes de adivinho no dia 7 de novembro, fui jornalista, conheço muita gente e vou dizer-lhe uma coisa: à uma da tarde, ao meio-dia e pouco, garantiram-me que o Primeiro-Ministro ia falar às duas da tarde e que iria apresentar a sua demissão. Não se enganaram. Agora, às 11 horas da manhã, Sr. Deputado, nós sabíamos perfeitamente que o País estava a arder e que não era propriamente o conflito israelo-palestiniano que interessaria aos ouvintes da TSF. Mas adiante.

Quanto à minha atitude interventiva... Deixe-me ir a um ponto antes: Sr. Deputado, o beneficiário efetivo desta operação está mais do que identificado na ERC, há muito tempo. É o Sr. Clément Ducasse. Está lá registado, com a residência, com o número de passaporte, com a data de

nascimento. Tudo o que foi pedido está lá.

O Sr. Clément Ducasse é o beneficiário efetivo do fundo. Está lá. Foi comunicado à ERC em tempo útil. Até tivemos dificuldade, por causa do passaporte, porque ele estava de férias, não sabia o número do passaporte, e andámos ali cinco dias sem saber o número do passaporte. Está lá! Está lá!

E deixe-me dizer que as reuniões que eu tive foi com o Bruno Bellet e com o próprio Clément Ducasse. A primeira foi com o Bruno Bellet e com outra pessoa cujo nome não sei — não me recordo, na altura soube —, também penso que francófona, e a segunda reunião já com a presença do Clément Ducasse.

Portanto, quanto à opacidade do fundo e aos anónimos, de que falou o Sr. Deputado, acho que não há nenhuma opacidade, quer dizer, há tantos fundos...

Ó Sr. Deputado, acha normal eu querer dizer assim: «Digam-me quem são os depositantes do fundo, para saber se quero trabalhar com eles ou não»?

Também lhe vou ser sincero, se me dissessem que este fundo é dominado por fulano de tal e se eu não me revisse minimamente nos princípios que regem a minha vida, obviamente que eu seria o primeiro a dizer «não».

Agora, a conversa que tive com quem lidera o fundo, que é a sociedade gestora, com as pessoas da sociedade gestora — aliás, de quem gostei bastante, diga-se de passagem, de quem gostei bastante —, foi tão transparente, foi tão fluida, foi tão boa, passo a expressão, que eu não tive qualquer dúvida em aproveitar a oportunidade de encontrar um fundo que estava disposto a investir num projeto que sempre idealizei e sempre defendi. Não tive qualquer dúvida nisso.

Aliás, é interessante, eu não sei quem é que, nos últimos anos — tirando o Cristiano Ronaldo, obviamente — investiu na comunicação social ou num negócio de comunicação social como investiu o World Opportunity Fund. Não conheço.

Quanto à minha atitude interventiva, é a minha maneira de ser, Sr. Deputado. Eu falo com o fundo quando acho que tenho de falar com o fundo, e o fundo fala comigo — ou a sociedade gestora, no caso — quando acha que deve falar comigo.

Obviamente que há posições que defendi em comissão executiva e que expressei publicamente que não tomei sem o acordo da sociedade gestora. Seria um irresponsável, se assim o fizesse.

Agora, eu tenho um tom próprio e tenho uma maneira própria, que eu sei que não é do agrado de muita gente, mas eu sou assim. Eu sou assim, o que é que eu hei de fazer?

E há uma coisa de que eu não gosto, que é ocultar a verdade. E não posso dizer que os jornais vendem mais do que vendem.

Aliás, deixe-me dizer uma coisa: há um bocadinho enganei-me. Ainda por causa dos jornais, não posso dizer que os jornais dão lucro e não dão. Há bocadinho, disse que o *JN* dava um lucro de 200 e tal mil euros. Enganei-me. Dá prejuízo de 200 e tal mil euros. Peço desculpa. Fui chamado à atenção. Li mal. Atenção, isto é depois dos custos de estrutura imputados, mas os custos de estrutura têm de ser imputados ao *JN*, ao *DN*, à TSF, a todos. Depois dos custos de estrutura imputados, o *JN* dá prejuízo de 200 mil. E tem de dar! Para o grupo dar um prejuízo de 7 milhões, alguém tem de dar prejuízo.

Bom, quem é o fundo? Para mim, é a sociedade gestora. Foi com quem falei várias vezes, é com quem falo, é a quem apresento contas.

Falta alguma resposta?

O Sr. **Presidente**: — Eu acho que, se faltar, temos uma segunda ronda.

O Sr. **José Paulo Fafe**: — Não sei, eu peço desculpa ao Sr. Deputado. Não sei se passou alguma coisa.

O Sr. **Presidente**: — Se faltar, temos uma segunda ronda e, se continuar a faltar, haveremos de ter, por aquilo que já ouvi, uma comissão de inquérito, no futuro, e aí o modelo é completamente diferente.

Vamos encerrar a primeira ronda desta audição dando a palavra, de novo, ao grupo parlamentar requerente, que, neste caso, é o Bloco de Esquerda. Dou a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Mortágua, para colocar, nos próximos 2 minutos, as questões que entender que ainda não foram respondidas.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, estou absolutamente perplexa.

O Sr. Administrador José Paulo Fafe vem aqui e aponta responsabilidades a toda a gente, a todas as administrações anteriores, à ERC, à Lusa. Toda a gente tem responsabilidades.

Diz que isto não é normal, que há dinheiro torrado, que há várias situações desconhecidas, que há dívidas misteriosas, que há dívidas em Malta, que havia dívidas não sei onde.

Mas a questão aqui é: quem é que comprou o carro sem abrir o capô? Quem é que, quando o fundo disse «assine, que logo se faz a *due diligence*»,

assinou? Quem é que deve dinheiro a estes trabalhadores? É o fundo, é o Sr. Clément ou é o Sr. Administrador José Paulo Fafe, que assinou sem saber aquilo em que se estava a meter?

Porque a verdade é que foram feitas promessas de investimento, neste Grupo. Entraram com promessas. O que é que foi prometido ao Sr. Marco Galinha, quando ele vendeu? Era que iam destruir o Grupo e os títulos, que é aquilo que aparentemente está a acontecer, ou que ia haver um investimento e um grande projeto de comunicação social? Porque não é isso que, aparentemente, está a acontecer.

Portanto, aquilo que eu lhe pergunto é: afinal, a quem é que os trabalhadores vão cobrar os seus salários? Porque são eles que estão a pagar o facto de, quando o fundo disse «assine, sem saber o que é que está a assinar», o senhor ter assinado.

O que gostava de saber é que solução é esta para pagar salários e qual é a sua sustentabilidade, porque, apesar de tudo, a ERC acabou de dar início a um procedimento que pode levar a que o fundo fique sem direitos de participação na Global Media.

Quem é que vai pagar a falta de transparência do fundo? Não são os trabalhadores? Então, qual é a solução para os trabalhadores, tendo em conta, inclusive, a situação em que o fundo os meteu, por causa da falta de transparência junto da ERC?

Tinha uma segunda questão, que tem a ver com o seguinte: diz que o fundo lhe foi sugerido por um amigo. Não sei, depois de tantas confidências que já aqui fez, se nos pode confidenciar quem é o amigo, mas eu gostaria de saber se estou errada se suspeitar ou se aventar que Luís Bernardo esteve nessas negociações desde o início. Será que estou errada? Ele esteve nas negociações da entrada do fundo, desde o início?



Gostaria de saber se é assim e também gostaria de saber quando é que foi assinado o contrato com Luís Bernardo e quanto é que ele recebe.

Uma última nota tem a ver com ingerências. Quando o Sr. José Paulo Fafe diz «eu dei a minha opinião pessoal», há uma pergunta que se faz que é: e essa opinião pessoal correspondeu à contratação que foi feita? É que, se correspondeu à contratação que foi feita, trata-se, na verdade, de uma ingerência. Querer determinar o tema de um fórum da TSF é uma ingerência.

Volto a perguntar-lhe se fez convites, ou não, a pessoas para serem colaboradoras dos vários títulos, porque isso é uma interferência editorial. Pode achar: «É uma opinião pessoal, eu sou assim, é a minha maneira de ser». Pode ser, mas o ato não deixa de configurar uma interferência editorial. Pelo menos, foi isso que foi entendido, em algumas ocasiões.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Presidente da Comissão Executiva do Grupo Global Media, José Paulo Fafe, para encerrarmos esta primeira ronda, também com 2 minutos.

O Sr. **José Paulo Fafe**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, se a Sr.<sup>a</sup> Deputada considera ingerência dar uma opinião sobre o tema de um fórum sobre o conflito israelo-palestiniano, no dia em que estavam a existir buscas policiais no gabinete do Primeiro-Ministro, então eu digo que é uma ingerência.

Se acha que é uma ingerência o facto de me perguntarem uma opinião com base numa amizade pessoal sobre esta ou aquela pessoa — cuja capacidade profissional, aliás, eu conhecia pessoalmente —, se acha que é uma ingerência perguntarem-me e eu responder, então, sim, é uma ingerência.

Eu não acho, nem num caso nem noutro. Peço-lhe imensa desculpa, Sr.<sup>a</sup> Deputada, mas não acho e recuso-me a considerar isso uma ingerência. A Sr.<sup>a</sup> Deputada achará que sim. Continuamos na nossa, a Sr.<sup>a</sup> Deputada com a sua e eu com a minha.

Bom, quanto a quem deve aos trabalhadores, Sr.<sup>a</sup> Deputada, esse é que é o problema. O problema é esse só. O grande problema é a dívida que existe aos trabalhadores do Global Media Group, na sua quase totalidade. Essa é a questão central aqui. Essa é a questão central, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

Quem deve? O Global Media Group. Quem tem de pagar? A Comissão Executiva do Global Media Group, que é responsável. Isso é clarinho que nem água, Sr.<sup>a</sup> Deputada. Estou aqui assumindo isso.

E só não paguei porque não pude. Só não paguei porque não tenho dinheiro. Tenho feito tudo para poder pagar. Tudo o que a Sr.<sup>a</sup> Deputada pode imaginar. Tudo. Tenho feito contactos, tenho falado com pessoas, tenho insistido com o fundo, tenho falado com outros acionistas.

Eu já recebi propostas. Eu já recebi uma proposta — isto não é segredo — do empresário Marco Galinha. Já recebemos uma proposta, quer dizer, não é bem uma proposta, é uma ideia que ele alvitrou de se comprar o *Jornal de Notícias* e *O Jogo* por determinada verba, mas 7 milhões e meio vão já para pagar o RERT. Eu já recebi essa proposta.

Também, no passado, recebi propostas para vender o espólio e não vendo. Desculpem lá, não vendo. No dia em que for obrigado a vender o espólio, saio. Aí, sim, saio, não vendo, recuso-me. Aliás, espólio, que eu não sei como é que está. Atenção, a responsabilidade... Aqui, o empresário Marco Galinha não tem qualquer responsabilidade.

Ainda no outro dia, encontrei um antigo administrador do tempo da Lusomundo, uma pessoa minha amiga. Encontrei-o, no domingo, em

Cascais, e ele disse: «Tu não imaginas o que passou o espólio, a seguir a nós saímos de lá. Não imaginas!», disse. Até prometeu contar-me. Acho que até obras de Silva Porto desapareceram. Não sei se é verdade, estou a contar exatamente como me contaram, há dois dias, num encontro casual que tive em Cascais.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, o que me preocupa aqui a mim, mais do que saber quem são os depositantes do fundo — desculpe lá a minha sinceridade —, é pagar os ordenados. Isso é o que eu quero: rapidamente pagar os ordenados. É a coisa que me preocupa. É aquilo que não sai da minha cabeça, há 10 dias.

Quem me dera não estar a passar por isto, Sr.<sup>a</sup> Deputada. Quem me dera a minha família não estaria a passar por isto, Sr.<sup>a</sup> Deputada. Tenho quatro filhos e dois enteados. Quem me dera que os meus filhos não ouvissem o que se diz de mim.

Sabe uma coisa, Sr.<sup>a</sup> Deputada? Eu, de facto, coleccionei alguns inimigos, na vida. O que é que eu hei de fazer? Coleccionei. Há muita gente que não gosta de mim. Graças a Deus, há muita gente, ou alguma gente, que gosta muito de mim.

E eu, agora, estou a ser... Não estou aqui... Não vou falar em cabala, mas não posso deixar de dizer que estou a ser vítima, se calhar, de uma certa postura que tive na vida: primeiro, de pensar pela minha cabeça, segundo, de dizer o que eu acho que deve ser dito — não me arrependo até hoje.

Não tenho nenhum prazer naquilo que estou a passar, Sr.<sup>a</sup> Deputada, rigorosamente, antes, pelo contrário. Sofro com isto, é uma coisa que me custa e que me dói muito, como eu disse aqui no início. Oíça: pode ter a certeza de que estou a falar verdade e que é das coisas que, na vida, talvez mais me custou até hoje.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. José Paulo Fafe.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, chegámos ao final da primeira ronda. Já vários grupos parlamentares manifestaram interesse em que haja uma segunda ronda e, portanto, vamos tê-la.

No entanto, por uma questão de saúde própria, preciso fazer uma pausa de 2 minutos, para voltarmos a seguir. Peço a vossa tolerância também para isso.

A grelha com que estamos a trabalhar é: cada grupo parlamentar terá direito a 2 minutos e a resposta, depois, será coletiva, na soma dos minutos, por parte do Sr. José Paulo Fafe.

Então, interrompemos os trabalhos por 2 minutos.

*Pausa.*

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, voltamos à reunião da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto para continuarmos a audição do Presidente da Comissão Executiva do Grupo Global Media, José Paulo Fafe, a requerimento do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

Regressamos para a segunda parte desta audição. Como expliquei antes da pausa, cada grupo parlamentar terá agora 2 minutos para colocar as questões que entender e a resposta do José Paulo Fafe será, no final, de forma global, a todas as questões que forem agora colocadas.

Dava, por isso, seguindo a nossa tradição em que começa o maior grupo da oposição — neste caso o Grupo Parlamentar do PSD —, a palavra ao Sr. Deputado João Prata.

O Sr. **João Prata** (PSD): — Sr. Presidente, agradeço também ao Dr. José Paulo Fafe o conjunto de respostas e informações que aqui deixou, que, por vezes, são, não vou dizer muito, mas são ligeiramente contraditórias com aquilo que temos vindo a ouvir, ao longo destas várias sessões que temos vindo a fazer.

Mas, neste momento, Sr. Presidente, Dr. José Paulo Fafe, o que lhe queria dizer é o seguinte: primeiro, senti-me muito lisonjeado com a sua preocupação com o Partido Social Democrata, do qual sou militante desde os anos 70. Senti-me lisonjeado, mas a verdade é que há eleições no dia 10 de março, e, naturalmente, o Partido Social Democrata, se obtiver um resultado que lhe permita formar Governo, resolverá, seguramente, estas questões, na medida em que acabou de mencionar.

Resolverá como nos anos 80 resolveu, como bem sabe, Sr. Dr. José Paulo Fafe, que é conhecedor da história da imprensa, sabe o que se passou nos idos anos 80 em relação à imprensa em Portugal, melhor do que eu, seguramente. Mas gostaria de lhe dizer, Sr. José Paulo Fafe, que, neste momento, o PSD ainda não governa o País e também não desgovernou, nem desgoverna, o País nestes últimos oito anos.

Pelo que as questões muito diretas que lhe queria colocar são as seguintes: a questão da Lusa foi, ou não foi, uma decisão final do Governo? Esta é a primeira questão.

Segunda questão, ainda em relação a este assunto, mencionou, por aquilo que percebi, que o Governo arrastou este assunto até ao limite. Teve, pelo menos, dois ou três meses de atraso em relação à conversa inicial. Isto é ou não verdade? Ainda sobre este assunto, qual o papel do Sr. Ministro da Cultura em todo este processo?

Isto porque temos dois ministros que tiveram «entrada de leão e saída

de sendeiro», e tivemos um ministro que tentou ser um «hipotético», com uma entrada de leão, mas nem isso conseguiu, e muito menos sai de sendeiro daqui, que é o Ministro da Cultura. Mas isso, como referiu bem, «são contas de outro rosário». Portanto, gostaria que respondesse a estas três questões em concreto.

Por último, Sr. José Paulo Fafe, quando esteve aqui o Sr. Domingos Andrade, ele mencionou que, quando chegou à administração, os administradores estariam a receber cerca de 16 000 € e que eles próprios decidiram passar para 8000 € — queria saber se isso é verdade, ou não — e agora passaram de 8000 € para 4000 €, por aquilo que me pôde aqui testemunhar, com a apresentação do recibo de vencimento.

Não respondeu à questão sobre quantas pessoas a recibos verdes os senhores acabaram por dispensar a partir deste ano. E falo em «senhores», no plural, porque foi a Comissão Executiva ou a Conselho De Administração que tomou esta decisão.

Ainda por último, mas mesmo muito por último, queria voltar a colocar uma questão que diz respeito à estratégia seguida. Ouvindo hoje de manhã um dos seus colegas, que está consigo nas reuniões de administração, e, agora, ouvindo a sua opinião, quase sou levado a pensar aquilo que disse ao início, ou seja, que é o Grupo que se quer destruir a si próprio. Porque há muita divergência entre aquilo que foi dito hoje de manhã e aquilo que é dito hoje à tarde, exatamente pelas pessoas que se sentam à volta da mesma mesa, como nós nos sentamos aqui.

Aqui temos as naturais divergências entre os partidos políticos — e ainda bem, que é o fermento da democracia —, mas, no Conselho de Administração de uma empresa, pressupõe-se que aquilo que é divergente, com discussões, com desacordos — é natural, faz parte —, depois, fique

dentro do Conselho. E não é o que temos encontrado aqui, não tanto da parte dos trabalhadores, digamos assim, pondo a questão nestes termos, mas mais das pessoas ligadas à Administração. Não acha que é tempo de os senhores se entenderem, lá dentro, para poderem dar uma imagem mais forte do vosso Grupo? É esta a questão.

Sr. Presidente, peço desculpas se excedi o tempo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Rosário Gambôa.

A Sr.<sup>a</sup> **Rosário Gambôa** (PS): — Sr. Presidente, queria, na sequência do que estava a fazer na minha inquirição anterior, ainda a propósito da desvalorização do Grupo e das suas marcas, com algumas atitudes, posturas e declarações do Sr. CEO, chamar a atenção para que os números de vendas do *JN*, relativamente à circulação paga, não correspondem àquilo que o senhor acabou de dizer, conforme a Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos já referiu, segundo os números da VASP e da Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação.

Queria ainda dizer que os 90 funcionários do *JN* não são só jornalistas, são gráficos, revisores, diretores — são vários. Queria dizer que dos 70 colaboradores que prestam serviço no *JN* só 20 colaboram de forma regular. A maior parte deles são pontuais e tão pontuais são que há alguns cujo valor que auferem mensalmente anda à volta dos 10 €. Depois, queria dizer que o *JN*, de facto, é líder digital, mas que é líder com peso fundamental em Lisboa, Porto Gaia e Braga.

Finalmente, queria fazer, de uma forma mais séria, aquilo que é para mim, o saldo desta audição. A lei portuguesa faz um equilíbrio muito grande

entre o que é a gestão, a direção, as redações, os jornalistas, e faz esta gestão evitando a interferência editorial. Uma coisa são gostos, opiniões, outra coisa são intromissões, como escolher jornalistas.

Sr. José Paulo Fafe, há bocadinho, não pus em causa um CV (*curriculum vitae*), pus em causa o processo de escolha: mudar a direção de marcas, para outros efeitos, como foi o caso da TSF, apoiar e procurar mudar programas e conteúdos de programas, dentro de uma marca — o senhor acabou de dizer isso a propósito da TSF e da audição feita.

Acima de tudo, neste momento, a ERC está a funcionar, procurando apurar questões significativas que têm sido omissas ou pouco claras, nestas audições, fundamentalmente no que diz respeito à titularidade, à propriedade. Mas também abriu alguns procedimentos, não só no domínio dos operadores de rádio, mas também sobre aquilo que é muito importante para nós e que nos trouxe, a todos os grupos parlamentares, aqui: o pluralismo, a preservação das linhas editoriais e as demissões, tão vastas, que os diretores confirmam.

Depois, servindo-me um pouco da imagem que a Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Mortágua referiu, quando o senhor disse que havia muitos indícios disto, daquilo e daqueloutro e que a *due diligence* era para ser feita *a posteriori*, os senhores, de facto, resolveram comprar um carro sem abrir primeiro o capô. E, efetivamente, os senhores estão a imputar as responsabilidades disto tudo à toa, e quem está a pagar, de facto, toda esta fatia, são os salários dos trabalhadores. Eles estão a pagar toda esta falta de *cash*, de financiamento, de tesouraria. Os senhores têm de se entender.

O Sr. **Presidente:** — Sr.<sup>a</sup> Deputada, tem de concluir.



A Sr.<sup>a</sup> **Rosário Gambôa** (PS): — Vou terminar, Sr. Presidente.

Nós chegamos ao fim da audição sem saber quem é o fundo, ao que vem, quem são, qual é o plano, e eu só tenho uma pergunta para lhe fazer, Sr. CEO da Global Media: quando é que pagam aos trabalhadores?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, pelo Grupo Parlamentar do partido Chega, o Sr. Deputado Jorge Galveias.

O Sr. **Jorge Galveias** (CH): — Sr. Presidente, Sr. José Luís Fafe, peço imensa desculpa...

O Sr. **José Paulo Fafe**: — Sou José Paulo!

O Sr. **Jorge Galveias** (CH): — Sr. José Paulo Fafe, peço imensa desculpa, mas não posso deixar de fazer um reparo. O que nós temos aqui vindo a assistir parece quase conversa de café, onde há muito blá-blá-blá, mas esclarecimentos zero.

Para que um fundo se interesse por uma empresa, obviamente, faz uma *due diligence* sobre essa empresa. Não consigo entender como é que um fundo aceita investir numa empresa, ou num grupo, que está tecnicamente falido, sem ativos, à exceção do seu histórico. O próprio acervo, segundo o Sr. Marco Galinha, não entrou na negociação porque o próprio Marco Galinha recusou. Mais, afirmou que estava perfeitamente guardado num armazém com todas as condições, com as melhores condições do mundo. Ele próprio o referiu.

O senhor afirmou aqui que não sabe exatamente como é que...

O Sr. **José Paulo Fale**: — Nunca lá fui.

O Sr. **Jorge Galveias** (CH): — Nunca foi? Como é que pode saber? Como é que o senhor, sendo CEO da empresa, não sabe em que condições é que está o acervo?

O fundo investiu numa empresa, ou grupo, em desfavor dos acionistas, apenas acreditando num projeto, que eu quase diria que é praticamente virtual? Por fim, a ligação entre Marco Galinha, o Sr. José Paulo Fafe e o gestor do fundo neste negócio é estranha. Mesmo após tantas audições, tantas discrepâncias, tudo continua muito nebuloso, pelo que proponho, desde já, que, numa próxima Legislatura, se constitua, realmente, uma comissão de inquérito a todo este assunto.

Como é que é possível o senhor vir aqui, lamentar-se de que não tem dinheiro, quando 200 pessoas, eu diria 200 famílias, estão a passar fome? Acho que só há uma palavra para isto, que é a palavra «vergonha».

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, pelo Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Patrícia Gilvaz.

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Gilvaz** (IL): — Obrigada, Sr. Presidente.

Passaram mais de três horas nesta audição e parece que vamos sair daqui sem as respostas por que estávamos a ansiar. E, por isso, já não vou perguntar novamente quem é o representante do fundo, pois já percebemos que ninguém nos vai responder a essa pergunta, mas vamos tentar pelo menos perceber se os trabalhadores do Global Media Group podem ter alguma esperança de verem os seus salários pagos e de conseguirem dar a volta a esta situação.

Por isso mesmo, gostaria de perguntar, em primeiro lugar, uma vez que disse, há pouco, que falou com o representante do fundo para desbloquear verbas, se esse desbloqueamento de verbas se destina ao pagamento de salários em atraso e, se sim, para quando.

Disse também que vai ser concedido um pacote de ajuda extraordinária ao Grupo e eu queria perguntar se isso pode reverter o anunciado despedimento coletivo.

Por outro lado, revelou ter recebido uma proposta de Marco Galinha para a compra do *JN* e do jornal *O Jogo*. Pedia-lhe para concretizar o teor desta proposta.

Por último, gostaria de perguntar o porquê de não terem recorrido ao Fundo de Garantia Salarial da segurança social para pagar os salários que estão em dívida aos trabalhadores.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, o Sr. José Paulo Fafe referiu aqui que a sua intenção era salvar o Grupo. Bom, aquilo que vemos é que as consequências das decisões e as perspetivas que apontou, vão no sentido exatamente oposto. E esse caminho que se apresenta é o de desvalorizar e de colocar em causa os atuais títulos do Grupo. É isso que vemos com o despedimento, com a desvalorização das redações. Esta é a realidade e aquilo que está em cima da mesa.

Em relação ao plano de reestruturação, perguntámos em que é que consistia, qual é que era a perspetiva e a estratégia para os títulos do Grupo, qual era o objetivo do fundo com a aquisição do Grupo Global Media, mas

ainda não houve resposta que nos permitisse compreender, de facto, qual era o objetivo e a intenção que estava por trás e o que é que se perspetivava relativamente a isso. Isso coloca, naturalmente, sérias preocupações relativamente ao futuro dos diversos órgãos de comunicação social.

Fez referência, e há aqui esta contradição, aos investimentos do fundo, mas aquilo que foi dito hoje de manhã, e gostaria que também se referisse a isso, é que o fundo não cumpriu com as obrigações contratuais e que não foram feitas as transferências de verbas previstas contratualmente. Queria-lhe perguntar o que é que estava previsto contratualmente, e que, tradução tiveram, efetivamente, esses investimentos ou, melhor, que investimentos foram estes?

O que referiu foi: 7 milhões de euros na aquisição, 3 milhões de euros para o pagamento de salários, se bem percebi. Portanto, era esta a perspetiva de crescimento e de desenvolvimento por parte do fundo relativamente ao Grupo? Creio era preciso que isto ficasse claro.

Estamos muito preocupados, e eu queria terminar com este aspeto, porque, nas diversas audições, o que temos visto é que, dos mandos e desmandos das diversas administrações, de facto, são os trabalhadores que têm sido prejudicados do ponto de vista dos seus direitos, colocando até em causa os seus postos de trabalho.

Isso é inaceitável. Começámos a audição a dizer isso e continuamos a considerar que é inaceitável esta perspetiva de despedimento. Aquilo que, de facto, deve ser assegurado é a proteção e a salvaguarda dos postos de trabalho, é o pagamento dos salários dos trabalhadores, o cumprimento de todos os seus direitos, inclusivamente o subsídio de Natal, não em duodécimos — o pagamento integral do subsídio de Natal.

O Sr. **Presidente**: — Peço-lhe que conclua, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Vou terminar.

Portanto, estes são aspetos que consideramos que são cruciais, porque os trabalhadores têm de ter os seus direitos, naturalmente, salvaguardados e têm de ter certeza e estabilidade, relativamente aos seus postos de trabalho.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Mortágua.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, vou repetir, primeiro, algumas questões concretas.

Luís Bernardo: quanto ganha e desde quando? Assegura, em *on*, que Luís Bernardo não esteve, de qualquer forma, envolvido no negócio do fundo, sabendo que é relativamente público que se passeava nos escritórios da Global Media, já nos tempos de Marco Galinha?

Quem é que escolheu Lima de Carvalho? Quem é que escolheu Filipe Nascimento? Qual é que foi a traição de Diogo Agostinho?

Segundo, relativamente às responsabilidades do fundo, já foi aqui perguntado, mas repito: qual é que era o compromisso, aquando da entrada do fundo, ao qual se refere Marco Galinha, que diz que o fundo está a falhar com as suas obrigações?

Em terceiro lugar, é ou não verdade que as despesas com a administração estão a subir e que as receitas de publicidade estão a descer desde que a sua administração entrou?

Em quarto lugar, qual é que é o desfecho? Ainda não se referiu ao artigo 14.º, mas ele, inevitavelmente, vai cair em cima do fundo e de quem o

administra. O que é que vai acontecer na sequência da suspensão dos direitos de participação? O que é que vai acontecer aos salários?

Já ouvi dizer que o problema era a banca que tinha bloqueado o acesso à conta. O Sr. Administrador não referiu isso. Disse que o problema já não foi o banco, foi o negócio da Lusa. Ora, mas já havia um despedimento coletivo anunciado antes do negócio da Lusa e o administrador Lima de Carvalho já andava a adiar os aumentos que tinham sido negociados antes disso e, portanto, há aqui coisas que não batem certo.

O fundo quando entrou, na verdade, já era para cortar e mentiu-se aos trabalhadores e aos diretores que foram convidados? Ou foi apenas uma questão de incompetência?

E uma última pergunta que é — além de querermos saber, naturalmente, quando é que os trabalhadores vão receber —, qual é a verdadeira intenção do fundo? Há um projeto de comunicação social atrás dos títulos? Qual é? Ou a ideia é vender o Grupo às postas, nomeadamente, vender a emissora da TSF a Mário Ferreira?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada, eleita pelo PAN, Inês de Sousa Real.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, gostaria de começar pelas suas palavras, na anterior ronda, porque acho que, depois daquilo que disse, e que todos nós ouvimos, quando referiu que para o Grupo o pagamento dos salários era *cash burn*, fica claro que dificilmente o objetivo desta aquisição passa pela manutenção e preservação destas empresas que, mais do que prestarem um serviço de imprensa, são empresas históricas do nosso País e que tem um legado histórico.

Difícilmente qualquer modernização ou qualquer inteligência artificial ou qualquer tecnologia vai substituir o legado que qualquer uma destas empresas e estes profissionais — que têm de ser respeitados, quer editorialmente, quer na sua independência — nos têm deixado ao longo destes anos. Por isso, gostaria de deixar isto bem claro nesta intervenção, porque acho que ficou aqui mais do que esclarecido naquilo que referiu.

Ainda pegando nas suas palavras, disse que recebeu a ideia, ou a sugestão de Marco Galinha, para este ficar com o *JN* e *O Jogo*, em troca de 7 milhões de euros. A minha pergunta é se tem sido este o *modus operandi* de Marco Galinha para ir ficando com o património e com os títulos.

Ainda em relação aos títulos e àquilo que, depois, advém em relação ao valor da publicidade, pergunto, em relação aos títulos que ficaram com o Sr. Marco Galinha, quem é que está a pagar os custos desta publicação e quem é que recebe o valor da publicidade.

Quando assumiu a produção, que é feita pela GMG, não disse o que é que o Grupo estava a receber por estes serviços, ou estará, por acaso, o Sr. Marco Galinha a fazer *pro bono*, a fazer caridade para com o Grupo? Também seria importante percebermos quais são os termos deste negócio.

Também gostaríamos de perceber de onde é que vêm os 50 milhões de passivo que mencionou. Ouvimos aqui de manhã, da parte do Sr. Marco Galinha, que limpou a dívida. Portanto, há aqui uma clara contradição entre as intervenções de ambos. E uma coisa lhe garanto: seja qual for a força política, acho que já ficou claro que, depois do dia 10 de março, haverá uma comissão parlamentar de inquérito sobre esta matéria. Disso não há dúvidas nenhuma.

No que respeita ao prédio do *JN* no Porto, que foi comprado pelo Sr. Kevin Ho, sabe-me dizer quais foram os valores envolvidos nesta aquisição?

Ou seja, assumiu estas funções, como é evidente, com a responsabilidade de gerir e administrar e, tendo conhecimento, pelo menos presumo que tenha — eu sou jurista, não sou nem administradora, nem economista, nem o que quer que seja —, sabe quais foram os valores envolvidos para ter, depois, uma boa gestão de todo o património e uma boa gestão empresarial?

Com que dinheiro é que foram pagos o *Açoriano Oriental* e a Naveprinter? E qual foi a prioridade na definição da ordem dos pagamentos, inclusive, depois, nas opções de aumentos das quais falou e criticou — e bem, porque é criticável que alguém receba 800 € ao fim de 20 anos?

Depois, há não só estas opções, como também é conhecido que existirá uma intenção de investimento no Brasil e que já terão sido contactados jornalistas para esse efeito. Confirma ou não este tipo de intenção?

Por fim, ao nível do número de rescisões, se não atingirem o objetivo pretendido, vão ou não avançar com o despedimento coletivo e como é que vão pagar o despedimento coletivo se não têm dinheiro para pagar os salários dos trabalhadores, como aqui tem vindo a ser referido? Portanto, como é que vão fazer efetivamente? Porque claramente há aqui um espaço...

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, tem de concluir.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Vou mesmo concluir, Sr. Presidente.

Vão recorrer ao Fundo de Garantia Salarial, porque não precisa de ser o Governo a ir ter convosco para isto ser acionado, ou a reestruturação vai passar por uma estratégia empresarial diferente?



O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra, também para colocar as questões que entender nos próximos 2 minutos, o Sr. Deputado do Livre, Rui Tavares.

O Sr. **Rui Tavares (L)**: — Sr. Presidente, Sr. Presidente da Comissão Executiva, há pouco disse-nos que está a passar por alguns dos momentos mais difíceis da sua vida e nós não temos nenhuma razão para duvidar disso, se vem a uma comissão parlamentar e o diz desta maneira.

Evidentemente, pior estão as pessoas que estão há décadas a trabalhar nestes títulos, às vezes dois membros do mesmo casal, e que estão sem receber os salários, os subsídios... Ontem estive, como já estiveram vários Deputados e Deputadas, nas redações — ontem estive na do *JN*, *JN História*, *O Jogo*, e uma série de outros títulos — e o que as pessoas temem é que isto esteja por dias. Portanto, o que é que é possível dizer-lhes acerca do futuro próximo? O que é que vai acontecer?

Pergunto-lhe também, tendo em conta que tem essa base de conhecimento e que nos disse que o *JN* vende menos do que esperava, etc., em nenhum momento pensou aumentar as sinergias entre o *JN* e o *DN*. Se achou que o *DN* tinha poucos jornalistas e que o *JN*, no seu entender — que muita gente aqui não acompanha e que ontem não ouvi, de todo, ser acompanhado — teria a mais, bem, antes de se pensar em despedir gente, pensa-se em aproveitar a base de conhecimento que está ali.

Se pensou fazê-lo e se nos diz aqui, por outro lado, que, dos 500 trabalhadores, tem de passar para 300, essa é estratégia sua ou dos acionistas? Ou, colocada a pergunta de outra forma, a sua estratégia e a dos acionistas é a mesma? Isto é, dos acionistas principais do fundo com que

falou, porque já percebemos que, entre acionistas, a estratégia é muitíssimo diferente e ouvimos as coisas mais divergentes aqui.

O que torna a empresa jornalística insustentável — ainda mais do que ser sustentável ou não — é esta forma de gestão que, provavelmente, vai acabar nos tribunais, ou de outra forma qualquer. E aí, devo dizer que é sempre preferível clareza: é preferível não perder dois dos quatro diários nacionais, uma das, se calhar, três rádios noticiosas de que é feito o nosso debate público.

E, para preservar esses valores, então sempre é melhor haver uma solução que seja clara e democrática, em que a gente saiba quem é tanto o beneficiário final como o prejudicado final, que é o mesmo: somos nós, é a comunidade, é quem paga os impostos, é quem elege e é também quem tem a obrigação de zelar pelo valor constitucional do pluralismo de imprensa e, desde que não editorialmente e deve salvar aquele Grupo.

**O Sr. Presidente:** — Chegamos agora, sim, ao fim.

Tem, portanto, a palavra o Sr. José Paulo Fafe, na qualidade de Presidente da Comissão Executiva do Grupo Global Media. Tem até 16 minutos para gerir as suas respostas às múltiplas questões que foram colocadas.

**O Sr. José Paulo Fafe:** — Ora bem, não vai ser fácil, mas enfim, 16 minutos...

Desculpem a expressão, mas vamos lá ver se acabamos com esta história do beneficiário efetivo. O beneficiário efetivo chama-se Clément Ducasse, é o presidente da sociedade gestora do fundo, o World Opportunity Fund, e é presidente da UCAP.

Portanto, essa coisa que se lançou, de que não há beneficiário efetivo... Há um beneficiário efetivo: a ERC está informada, está identificado nos termos que a ERC solicitou — morada, passaporte, data de nascimento, etc. Chama-se Clément Ducasse. Pela última vez, Clément Ducasse. Pelo amor de Deus, entendam isto. Clément Ducasse.

Sr. Deputado Rui Tavares, desculpe lá, mas é o que está mais recente. Qual é a nossa estratégia? A minha estratégia é salvar o Grupo. Fazer tudo para salvar o Grupo. A estratégia do fundo é também salvar o Grupo.

Deixe-me dizer-lhe uma coisa, e eu penso que, com esta minha resposta vou responder a uma série de perguntas: não falámos aqui de uma coisa, *mea culpa*, talvez, muito importante, do Banco Atlântico Europa. E falou-se aqui de uma conta...

Há cerca de seis anos, mais coisa menos coisa — tenho aqui anotado, peço desculpa, estou a ler algumas partes porque é mais fácil, até para ser mais rápido —, o Global Media Group possuía uma conta caucionada, no Banco Atlântico Europa, no valor de 1 milhão de euros, conta essa que era garantida pelas receitas da VASP.

Portanto, era um contrato tripartido: a VASP era obrigada a depositar as receitas lá e, sobre esse 1 milhão, de receitas, que a VASP pagava na altura — hoje em dia paga à volta de 700 000 € —, essa verba era garantida a descoberto pelo Banco Atlântico Europa. Banco Atlântico Europa que, refira-se, é ligado, estava ligado ou ainda é ligado a um senhor chamado Carlos Silva, que penso que teve uma relação, não sei se direta ou indireta, com o capital da Global Media. Daí a escolha em 2016, presumo, do Banco Atlântico Europa.

Essas ações do Dr. Carlos Silva, penso que é doutor — é doutor, porque é formado em Direito na Universidade Católica —, penso que hoje estão na posse do acionista José Pedro Soeiro.

Inesperadamente, sem que nada o fizesse prever, e pese não existir qualquer incumprimento da nossa parte... Nunca houve nenhum incumprimento, até nem podia haver, porque o dinheiro vinha da VASP, era depositado e nós, com base nesses, suponhamos que 700 000 € que eram depositados, podíamos estar a descoberto em 700 000 €

O Banco Atlântico Europa, por razões que não sei, é difícil especular, mas eu não vou entrar por aí, alegando um suposto impacto mediático que o anúncio de um plano de reestruturação teria causado, de um dia para o outro, suspendeu a conta caucionada. Suspendeu!

Normalmente, pagávamos aos colaboradores dessa conta, transferíamos para o Millennium BCP e assim o fizemos naquele mês. Uma transferência no valor de 500 000 € e tal, do Banco Atlântico Europa para o Millennium, porque o Millennium é que processa o pagamento dos salários dos colaboradores.

Ao fim de um ou dois dias, o dinheiro não aparecia no Millennium. E o Dr. Filipe Nascimento, CFO do Grupo — e já vamos a ele, porque me perguntaram quem é que o tinha nomeado, sugerido — questionou o Banco Atlântico Europa, que demorou a atender o telefone, a responder a mensagens, etc. Uma coisa, enfim, insólita. E foi então que nos comunicou que a conta estava suspensa. Isto passou-se no dia 10 de dezembro.

É óbvio que, logo a seguir ao volte-face ocorrido no negócio frustrado da venda das nossas participações à Lusa e que tinha causado um desvio no planeamento financeiro na obra dentro dos 2 milhões de euros, se somarmos esta inopinada decisão do Banco Atlântico, isto saldou-se em quase 3

milhões de euros de rombo no planeamento financeiro que tínhamos. Nenhuma empresa aguenta, muito menos uma empresa na difícil situação que vivia — que vive! — o Global Media Group.

Neste momento, no fim deste ano, a conta caucionada deixou de existir, e vamos começar a receber diretamente as receitas da VASP. Mas se me perguntar se eu acho estranha esta decisão, volto a dizer, inopinada do Banco Atlântico Europa, acho.

Sinergias entre o *JN* e o *DN*: também eu pensei, Sr. Deputado, também eu pensei, mas, no Grupo Global Media, sinergias são uma coisa muito difícil. Mas não é só no Grupo Global Media. Já assisti, quando fui jornalista, à dificuldade de títulos do mesmo grupo compartilharem alguns dos meios e recursos. Não me espantou.

Sr. Deputado João Prata.

*Pausa.*

Porque é que o Governo arrastou o processo da Lusa, penso que durante dois meses? Eu não estive à frente, nem participei, nas negociações com o Governo. Tenho a minha opinião sobre o que se passou, e posso-lha dar daqui a momentos, mas acho que o processo, mais do que outra coisa, foi arrastado porque aquilo calhou ali naqueles meses terríveis de julho, agosto e setembro. Portanto aquilo arrastou-se por aí fora.

Sempre perguntei se a auditoria estava pronta e só em outubro é que me foi dito que a auditoria estava pronta. Se perguntar a minha opinião sobre a prestação do Sr. Ministro da Cultura em todo este processo, vou-lhe ser muito sincero: foi uma desilusão.

Achei que faltou ao Sr. Ministro da Cultura aquilo que, para mim, é fundamental para quem exerce cargos políticos executivos: uma coisa chamada coragem.

Porque, quando o PSD — o PSD, Sr. Deputado! — recua no parecer ou na opinião que tinha dado sobre este negócio, quando o PSD, vamos dizer as coisas como devem ser ditas, dá o dito por não dito, o Sr. Ministro da Cultura, na minha humilde opinião, tinha de fazer o que devia ter feito. Falo-lhe do que faria se estivesse no lugar dele, mas longe de mim. Tinha de respeitar a decisão, a opinião que o PSD tinha expressado meses antes. Não o quis fazer.

O Sr. Presidente da República também ajudou, se calhar, até mais que o PSD. Aliás, quando o Sr. Presidente da República veio dizer que não conhecia, que tinha ficado muito surpreendido com o negócio da Lusa, não quis acreditar no que estava a ouvir.

Acho que fiz uma declaração, penso que a título pessoal, ao *ECO* na altura. Porque, 10 dias antes, penso que pelo dia 10 de novembro, eu e dois membros da Comissão Executiva tínhamos sido recebidos no Palácio de Belém às 20 horas. Aliás, foi a última vez que o Sr. Primeiro-Ministro foi ao Palácio de Belém antes da demissão, portanto deve ter sido ali dia 3 ou 4.

O Presidente convocou-nos às 20 horas, e, como sempre, foi muito simpático a hora e pouco de conversa que tivemos, em que o Sr. Presidente da República nos recebeu muito bem, muito simpaticamente, partilhou a sua análise política, uma conversa interessantíssima.

Mas, a certa altura, a primeira coisa que disse ao Sr. Presidente da República foi: «Deixe-me dizer-lhe que estranho muito o seu interesse, que considero excessivo, no negócio da Global Media». Ele pediu-me para

explicar, eu expliquei-lhe, e ele, a seguir, disse-me assim: «Bom, eu estava mal informado.»

No meio da conversa, falámos do negócio da Lusa. E ele disse-me assim: «Acho muito bem, o vosso negócio não são agências.» Portanto, quando ele, 10 dias depois, vem dizer que ficou surpreendido com o negócio da Lusa, quem ficou surpreendido fui eu. Eu e as pessoas que estavam comigo nessa audiência.

Bom, mas a sua pergunta era sobre a atuação do Ministro da Cultura. Desiludiu-me. Eu, no lugar dele, tinha feito de outra maneira. Acho que ele mostrou falta de coragem. Digo isto sem problema nenhum, é o que eu penso.

Falou também de Marco Galinha. Ouvei dizer hoje que o empresário Marco Galinha não ia à Global Media. Não. Já foi uma ou duas vezes desde que vendeu parte da posição dele na Páginas Civilizadas. Aliás, acho que também não ia antes, mas participou de todas as reuniões da Comissão Executiva — em todas, não falhou nenhuma — que, por acaso, não se realizam na Global Media, realizam-se em Cascais, no Farol Hotel Design, que, por acaso, é propriedade do empresário Marco Galinha, e onde preferimos reunir por razões muito práticas.

Reunimos a partir das oito da manhã, praticamente todos vivemos naquela zona, e é muito mais prático do que estar a vir, para chegar aqui às dez da manhã, com o trânsito etc., pelo que optámos por ser ali. Pagamos, a um preço simpático, a sala.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — *Por não ter ficado registado na gravação, não foi possível transcrever as palavras da oradora.*

O Sr. **José Paulo Fafe**: — Pagamos a sala, obviamente, a um preço simpático, era o que mais faltava!

Portanto, se o Sr. Marco Galinha não vai à Global Media? Sim, foi lá duas ou três vezes desde que estou lá, mas vai às reuniões da Comissão Executiva, em que participa, aliás, de forma muito construtiva, diga-se de passagem.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Rosário Gambôa, são 160 pessoas na área editorial, vou ser mais preciso. Porque um gráfico para mim... Há gráficos até com carteira profissional de jornalistas. São 160 pessoas na área editorial.

Deixe-me dizer-lhe uma coisa: não escolhi um único jornalista. Sr.<sup>a</sup> Deputada, se fôssemos amigos, suponha, e se eu a conhecesse, não vou dizer há 50 anos porque a Sr.<sup>a</sup> Deputada não tem idade para isso, e se a Sr.<sup>a</sup> Deputada me pedisse uma opinião sobre alguma coisa em que eu a pudesse ajudar, eu dava-lha. E espero que o caso inverso também fosse verdadeiro.

«Conheço fulano, trabalhei com fulano, qual é a tua opinião?» E eu digo. Há jornalistas que foram contratados aqui que nem conhecia antes, ou mal conhecia, e outros que eu conhecia. E tenho as minhas opiniões, uma melhor, outra pior.

Mas não fui eu que disse ao diretor do *DN* «contrate este ou contrate aquele» — apesar de o conhecer há 40 anos, trato-o por você, porque foi o meu chefe. Não digo «contrate este ou aquele», não!

Se ele me perguntou a minha opinião? Obviamente que perguntou, e fiquei muito honrado que me tivesse perguntado, e gostei muito de lhe dar. Porque, aliás, alguns deles conhecia-os bem, porque trabalhei com eles muitos anos.

E eu não disse que a Sr.<sup>a</sup> Deputada questionou a competência e o currículo dos jornalistas. O que eu disse é que são jornalistas com um



currículo e com um trajeto irrepreensível. Portanto, não o disse numa crítica a sim.

Quando pagam, é verdade: disse há bocadinho que contamos pagar entre segunda e terça-feira. Não quero dizer sexta, portanto digo que entre segunda e terça-feira conto pagar. Tive esse compromisso na conversa que tive ontem com o fundo.

O Sr. Deputado Jorge Galveias disse que parecia uma conversa de café, mas acho que não se parece com uma conversa de café, até porque não há café, só há água. Deixe-me dizer: não sei se a Global Media é uma empresa tecnicamente falida ou não, sei que é uma empresa que, neste momento, com 530 trabalhadores, ou emagrece ou, infelizmente, temo muito pelo seu futuro.

Porque é muito fácil, repito, é muito fácil dizer que tem de pagar. É óbvio que tem de pagar. Era o que faltava que não tivesse de pagar! É preciso ter dinheiro. É preciso ter dinheiro para pagar. Esse é o problema, Sr. Deputado, não há dinheiro.

O rombo que sofremos no planeamento financeiro que tínhamos para o último trimestre, obviamente, conduziu a esta situação, e esse rombo tem dois nomes: frustrado o negócio da agência Lusa e suspensão da conta caucionada no Banco Atlântico. Não nos vamos iludir, foi isso que aconteceu.

Ninguém roubou, Sr. Deputado, ninguém ganha enormidades. E agora vou dizer, relativamente às contratações... Não sei se foi o Sr. Deputado ou... Estou sempre a perder esse papel.

Em relação a essas contratações, volto a dizer: estão três pessoas contratadas na área da administração. Olhe, uma delas é uma...

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — *Por não ter ficado registado na gravação, não foi possível transcrever as palavras da oradora.*

O Sr. **José Paulo Fafe**: — Quatro como? Então deixe-me procurar o papel, a Sr.<sup>a</sup> Deputada já viu...

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — *Por não ter ficado registado na gravação, não foi possível transcrever as palavras da oradora.*

O Sr. **José Paulo Fafe**: — Está aqui, está aqui. Finalmente, está aqui.

Está uma assistente, está uma assessora para a área da comunicação, que bem preciso é, e que me foi indicada pelo Luís Bernardo, e ainda bem que me foi indicada, excelente profissional, do melhor que encontrei na minha vida e tenho 62 anos, Sr. Deputado.

Portanto, é uma assessora que está com a comunicação. Foi contratado o Duarte Moral, alguém falou aqui de Duarte Moral, ex-assessor de António Costa. É um pecado ser ex-assessor de António Costa. Pelo amor de Deus, do Dr. António Costa! O Duarte Moral é uma pessoa que respeito muito, que conheço há uns 30 anos: grande jornalista, pessoa extraordinária, uma pessoa de princípios notáveis.

Sabe porque é que o convidei para ser vice-presidente do Conselho de Administração da Açor Media, do *Açoriano Oriental*? Por duas razões: porque é um homem muito sério, de princípios, que conhece muito bem o que é um jornal e o que é o negócio da comunicação, e também porque é uma pessoa que até pensei que era açoriano, tal a forma como sempre se refere aos Açores. Quando percebi que ele não era açoriano, não quis acreditar.

E é uma pessoa que me dá garantias para o *Açoriano Oriental*, que foi esquecido, ostracizado durante anos. Já lá fui três vezes desde que estou na Global Media, mas, quando cheguei ao *Açoriano Oriental*, o nosso sócio, que é administrador, que detém 10 %, disse-me: «Finalmente, vejo alguém da Global Media!»

A Global Media vendeu-lhe um prédio que ele tinha pagado, fez um *leasing* sobre um prédio que ele tinha pagado, que estava praticamente pago. Fez-lhe um *leasing* sobre esse prédio, obriga-o a pagar 7000 € por mês e uma taxa de gestão, o que dava 9000 € por mês. Eu e o CFO acabámos com aquilo naquele momento.

Perguntavam-me porque é que eu paguei ao *Açoriano Oriental* e à Nave. Porque é que nós pagámos — já pareço outras pessoas a falar — porque é que nós pagávamos ao *Açoriano Oriental*? Porque tínhamos dinheiro para isso, mas não tínhamos dinheiro para outras empresas, e não íamos pagar um bocadinho a uns do *JN*, outro bocadinho a outros do *DN*, não. Há dinheiro para pagar ao *Açoriano*, há dinheiro para pagar à Naveprinter, pague-se. Foi o que fizemos. Portanto, não há nenhum privilegiado.

Mas vamos voltar à lista. Temos uma auditora, que, aliás, está a preparar a auditoria que está a ser feita e que foi encomendada, uma auditoria forense, e que tem estado já, digamos, «a lamber papel», passo a expressão.

Temos uma pessoa na *cyber security*, que hoje em dia é uma coisa fundamental, porque não tínhamos confiança nas pessoas que estavam lá, que, de um dia para o outro, saíram e bloquearam as coisas.

Temos uma jurista, porque internalizámos os serviços jurídicos, temos uma pessoa na técnica e planeamento...

*Pausa.*

Sr. Deputado, está-me a ouvir ou não? Pronto, ótimo, pareceu-me que não.

Temos, também, uma pessoa na área financeira e temos uma jurista, porque internalizámos os serviços jurídicos, porque não tínhamos ninguém. Tínhamos uma senhora fantástica, que trabalha lá há 40 anos, que tinha todo o trabalho em cima e que nem jurista é. Até já é, que, de tanto perceber aquilo, já percebe mais do que alguns advogados.

E tudo o resto, tirando um diretor de operações, que é uma pessoa muito capaz, que está a ver frotas, a ver os 80 automóveis que existem, a entender porque é que se pagam não sei quantos seguranças, porque é que, meses depois de ser vendido o edifício do *JN*, a segurança desse edifício ainda é paga pela Global Media... Ou seja, o diretor das operações tem várias funções, entre as quais essas.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, o José Paulo Fafe está a tentar responder às questões que todos colocaram.

O Sr. **José Paulo Fafe**: — Mas depois vão dizer que eu não respondo, isso é o que me preocupa.

*Pausa.*

Depois, tudo o resto são jornalistas. Temos uma secretária no Porto, que no Porto não havia ninguém. Tudo o resto são jornalistas.

De onde? O diretor do *Açoriano Oriental*, Rui Pedro Paiva, também não há ninguém que possa contestar essa nomeação. Aliás, o antigo diretor do *Açoriano Oriental* saiu e vai ser candidato a Deputado do PSD nestas próximas eleições regionais. Temos um gráfico, e o resto é tudo jornalistas, todos do *DN*. Obviamente, todos do *DN*, porque era o *DN* que precisava dos jornalistas.

Bom, sobre Luís Bernardo... O que é que posso dizer mais do Luís Bernardo que não tenha dito...?

Já contei como é que o Luís Bernardo começou a colaborar comigo e, mais tarde, com a Global Media.

Quanto é que ganha o Luís Bernardo? Não sei dizer ao certo. Sinceramente, não sei dizer ao certo, mas é fácil, se for caso disso, amanhã mesmo fornecerei o recibo da empresa dele. Não sei, mas certamente não ganhará mais, nem menos — menos, não sei, mas mais não ganha — do que ganha no outro grupo de *media* em que trabalha.

O projeto, acho que foi a Deputada Joana Mortágua que falou do projeto, não foi? Qual é o projeto? Eu não queria entrar muito em qual é o projeto editorial e o projeto de expansão da Global Media; por razões concorrenciais, não me apetece muito falar, mas vou falar, pelo menos de alguma coisa.

O projeto de reformulação das publicações da Global Media passava pela constituição de uma coisa na qual eu tinha muita fé, mas que, por razões, até, geográficas, é impossível fazer, que era uma agência central que produzisse conteúdos na ordem dos 60 % para o *JN*, *DN*, do *Açoriano Oriental*, etc.. Era para tudo aquilo que nós chamamos de «Portugal sentado», etc., ser feito por uma agência única, uma agência de produção de conteúdos, uma agência interna.

Isso, infelizmente, é impossível de implementar, por uma razão simples. Porque, dado os poucos jornalistas que existem no *DN*, ela teria de ser feita toda a norte e, colocando 50 ou 60 jornalistas nessa agência interna... Quero dizer, as coisas, infelizmente, não se passam no Porto ou noutras regiões do País, passam-se, basicamente, em Lisboa. Portanto, essa ideia foi abandonada.

Mas, relativamente aos títulos, é muito simples. Para o *Diário de Notícias*, a nossa ideia é, além de aumentar de 32 para 40 páginas — porque não é normal que um jornal diário com o peso que tem o *JN*, ou o *DN*, ou o que for, tenha 32 páginas —, mas que saia de segunda a sexta. Ao sábado, teria uma grande edição de fim de semana.

Lá está, esta é uma daquelas coisas que não devia dizer publicamente, mas vou dizer. É que, ao sábado, a banca está livre, não há nenhum semanário. Portanto, há espaço para fazer um semanário ali, ou seja, para fazer um *DN* de fim de semana, e ao domingo não sair. Grande parte dos postos de venda estão fechados e, para o que vende o *DN*, que é muito pouco, embora tenha sofrido um aumento de 30 % de vendas em banca nos últimos meses, não tem grande lógica.

Quanto ao *JN*, num projeto que eu partilhei várias vezes com a Inês Cardoso, e sobre o qual falámos várias vezes, a nossa ideia é uma. Passa por dois produtos regionais muito focados, um a partir de Braga — e até tive alguns contactos com a autarquia de Braga, com a autarquia de Barcelos, etc. — que abrangesse toda aquela zona, onde o *JN* vende ainda alguma coisa, e outro, na região daquele corredor que vai desde o distrito de Coimbra/Figueira da Foz até Guarda/Castelo Branco, portanto uma edição centro, que estaria, à partida, sediada em Coimbra.

Relativamente a *O Jogo* a nossa ideia era ter uma edição Lisboa...

Ah, a nossa ideia era ainda acabar com a edição de Lisboa do *JN*, pois não tem qualquer razão de existência — vende 400 exemplares —, e privilegiar a distribuição do *DN* mais no sul e centro do que entrar lá em cima, porque o que o *DN* vende lá em cima, no Porto, é perfeitamente ridículo, são 30 ou 37 exemplares, ou qualquer coisa assim.

Então, a nossa ideia era fazer uma edição em Lisboa de *O Jogo*, porque com a crise que se está a passar em *A Bola*, e de que ninguém fala, onde houve um despedimento coletivo de 100 dos 150 trabalhadores...

Muito pouca gente fala nisso, mas foram despedidos 100 de 150 trabalhadores quando entrou, não sei se foi um fundo, mas um empresário búlgaro residente na Suíça, ligado às apostas *online*... Mas muito pouca gente fala disso, mas pronto, ainda bem... Ainda bem, por um lado, que não falam disso, mas ainda mal para os 100 trabalhadores que foram despedidos.

A nossa ideia passava pela criação de vários produtos pelo mercado da língua portuguesa, nomeadamente: o *DN* Brasil, que foi uma coisa que foi, entretanto, abandonada, porque eu conheço razoavelmente bem o Brasil e achei que, neste momento, não tinha grande razão; a criação de um *DN* USA; a criação de uma TSF América, de uma TSF África, de uma TSF Brasil — são os tais canais temáticos — mas virada para a comunidade brasileira, para a diáspora brasileira, como se diz; a criação de um *DN* Angola.

Tudo isto digital, embora ache que nos Estados Unidos... Eu criei, ou melhor, estive envolvido, em 1998, no lançamento do *24 Horas-USA*, que durou até há muito pouco tempo, porque, com a diferença horária, mandávamos para lá 24 páginas, eles faziam oito e faziam um jornal com o mesmo grafismo, mas com uma edição norte-americana.

A nossa ideia passava por isso e por mais algumas coisas, nomeadamente pelo lançamento do *É Brasil* em Portugal, não no Brasil, constituído por uma redação de, penso, sete pessoas em Portugal, cinco pessoas em São Paulo, com correspondentes em Brasília e no Rio de Janeiro e com colunistas já falados e apalavrados como o Rui Castro, o Fernando Moraes, a Cristina Serra, o Eugénio Freitas, etc..

Este é um projeto dirigido pelo jornalista Paulo Markun que, para quem não saiba, é uma das pessoas mais conceituadas na área jornalística no Brasil, que foi, entre outras coisas, presidente da TV Cultura, e é um projeto que eu acarinho muito e que espero pôr em prática. Neste momento, cinco pessoas estão já a trabalhar nesse projeto e custam à Global Media, penso, à volta de 14 ou 15 000 euros por mês.

É um projeto que espero lançar brevemente, e, volto a dizer, é um projeto dirigido à diáspora brasileira, tanto em Portugal, onde nós temos, na prática, 1 milhão de brasileiros... Vou-lhe dar um exemplo: aqui há 40 000 italianos que são brasileiros, têm dupla nacionalidade — isto só para dar um exemplo de como é que essas contas dos 400 ou 500 000 não correspondem.

Mas também seria no Reino Unido, como eu disse, Alemanha, Estados Unidos, apesar de, com a diferença horária, ser mais difícil, mas esse é um projeto que também acho que está condenado ao sucesso até por causa, e já o referi aqui antes, do volume publicitário no Brasil e da forma direta como a publicidade é entregue aos meios. Não existe nenhum *broad media*, nenhuma central de compras, no Brasil é direto, portanto, quem quer anunciar contrata o jornal e não tem de passar pelas centrais de compras, porque, felizmente, a Globo nunca deixou criar *broad media* e isto é muito bom.



Aqui a página de jornal que, suponha, o *JN* vende a 3000 €, chega ao jornal a 400€ ou 500 €, porque o resto do dinheiro fica numa coisa chamada central de compras... Em vez de a concorrência se andar a atacar uma à outra, os próprios grupos deviam formar a sua central de compras, mas isso são outras...

*Aparte inaudível.*

Eu não vou dizer que seja certo, mas uma página que seja vendida por 3000 €, chega a 700 € ou 800 € aos jornais.

Mais: no outro dia contaram...

O Sr. **Presidente**: — Pedia-lhe que concluísse, por favor.

O Sr. **João Paulo Fafe**: — Sim, vou só contar uma coisa.

No outro dia disseram-me que a Galp já investiu no ano passado na Global Media 1 milhão e 300 mil euros. E eu achei estranho.... Fomos ver e o que tinha chegado ali eram 400 ou 500 000 euros, isto para 1 milhão e 300 mil euros... Como vê...

Bom, já falei do Banco Atlântico, já falei do projeto.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real falou-me da proposta do Marco Galinha e sobre o Marco Galinha eu quero dizer-lhe que ele foi o portador de uma proposta para a compra do *JN* e de *O Jogo* que passava pelo pagamento de cerca de 12 milhões de euros — não entrámos no pormenor. Mas, dito pelo Marco Galinha, 8 milhões, ou 7 milhões e meio eram para pagar o RERT, ou seja, sobravam 4 milhões de euros e isso não resolvia o problema da Global Media, quer dizer, adiava o problema da Global Media.

Portanto, essa foi exatamente a proposta, não sei se era do próprio Marco Galinha, mas...

Só uma palavrinha muito final, muito rápida, porque a honra de cada um de nós tem de ser, de alguma maneira, defendida.

Não queria falar, não tenho grande interesse em falar, de quem mal conheço, mas não posso deixar de referir uma coisa: o breve relato que me fizeram da passagem do Sr. Domingos Andrade aqui nesta Comissão não me surpreendeu, não porque o conheça, porque vi-o duas ou três vezes e sempre de relance, mas porque as situações protagonizadas por ele, enquanto diretor editorial da Global Media, no passado recente, como administrador e como diretor editorial, são consonantes com a narrativa «efabulante» que esse senhor aqui tentou desenvolver.

Sobre o Domingos Andrade, apenas posso fazer minhas algumas das perguntas que, na semana passada, me chegaram por *WhatsApp* e que eu posso testemunhar.

O Sr. Domingos Andrade, quando nós fomos indicados para assumir a administração do Grupo, recusou-se sair da administração exigindo uma indemnização de 130 000 €, que eu, em nome do fundo, me recusei a pagar. E fi-lo por uma única razão: porque o Sr. Domingos Andrade não tinha qualquer remuneração enquanto administrador da Global Media. Nenhuma! Ele tinha um contrato de jornalista do 5.º grupo em que ele auferia 8800 €.

Portanto, disse ao Marco Galinha que o fundo não pagaria rigorosamente nada, por uma razão simples: porque ele não tinha nenhuma remuneração.

Sei, porque o Marco Galinha me disse, embora eu nunca tinha visto nada, que foi o próprio Marco Galinha quem, em troca de uma suposta colaboração num suposto clube de leitura do Grupo Bel, lhe pagou 130 000

ou 150 000 € com um contrato que existe, que eu nunca vi, mas, que me foi dito pelo Marco Galinha: «Obrigaste-me a pagar 130 ou 150 000 €». Disse-me o Marco Galinha numa conversa.

Eu aceitei, sim, depois de consultar os meus colegas, aceder a duas exigências do Sr. Domingos Andrade: uma, utilizar o Tesla, que custa 1800 € à empresa — um Tesla Duo não sei o quê —, até ao fim de 2024, e, outra, manter o seguro de saúde que ele tinha.

Mais tarde, quando começámos a perceber os vários problemas que o Grupo tinha, um administrador propôs ao Sr. Domingos Andrade que trocasse esse carro, que custava 1800 €, por um veículo híbrido, dos que já existiam na frota, mas não estavam atribuídos e que tinham um valor de *renting* inferior, mas ele não aceitou.

Quando se diz que havia várias pessoas que possuíam carros elétricos distribuídos pela Global Media e, ao mesmo tempo, utilizavam o cartão de combustível para encher depósitos de gasóleo, o Sr. Domingos Andrade é um deles... Não estou a dizer que seja o único, mas é um deles, com uma média mensal de 600 € em gasóleo, tendo-lhe sido atribuído um carro elétrico.

Não acho normal o Sr. Domingos Andrade, ou qualquer outra pessoa, e aqui falo em ingerência na área editorial, ter acumulado as funções de diretor editorial, administrador executivo do Global Media Group, que o foi, e diretor da TSF.

Como também não acho normal, e isto foi-me contado pela própria, que ele, enquanto diretor editorial do Global Media Group, tenha dado instruções à então diretora do *DN*, dizendo que estava terminantemente proibida de contactar quer o Gabinete do Primeiro-Ministro quer a Presidência da República.

Não vou aqui falar no envolvimento ou não do Sr. Domingos Andrade na *Operação Babel*, por questões que têm a ver com uma certa confusão entre o que é a ética jornalística e os negócios, como também não vou aqui referir — não vale a pena porque é público — a multa que ele sofreu, enquanto jornalista, quando tentou, sem êxito, num primeiro momento, renovar a carteira profissional e a Comissão da Carteira Profissional de Jornalista lha recusou.

Há aqui uma coisa, de que ainda agora me lembrei, muito importante, e que eu gostaria muito, muito rapidamente, de abordar, para não deixar as Sr.<sup>as</sup> e os Srs. Deputados sem resposta e que é, se não me engano,...

*Aparte inaudível.*

Ah, o fundo cumpriu todas as obrigações até agora. O fundo pagou os 7 milhões de euros às duas empresas do empresário Marco Galinha, no prazo. O fundo...

*Aparte inaudível.*

As únicas obrigações contratuais que existem são essas, não existe mais nenhuma, não sei o que é que o empresário Marco Galinha...

*Aparte inaudível.*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, temos de...

O Sr. **José Paulo Fafe**: — Por mim, estão à vontade.

O Sr. **Presidente**: — Sr. José Paulo Fafe, peço-lhe que termine a sua intervenção, respondendo à questão sobre se o fundo cumpriu ou não com as suas obrigações contratuais.

O Sr. **José Paulo Fafe**: — Totalmente.

As obrigações contratuais que existem são relativas à aquisição das participações que o empresário Marco Galinha tinha na Páginas Civilizadas, através do Grupo Bel e através de uma empresa, Palavras de Prestígio, que foram pagas a seu tempo, através de duas transferências, no valor global de 7 milhões de euros.

Há ainda uma coisa a que me falta responder e que gostaria muito de responder...

*Aparte inaudível.*

Quem é que escolheu o Lima de Carvalho que entrou no final de junho? Foi sugerido pelo Luís Bernardo? Não! Foi-me apresentado pelo próprio Marco Galinha, que me perguntou se eu tinha alguma coisa a opor, ainda não estávamos formalmente lá.

Quem é que escolheu o Filipe Nascimento e o Diogo Agostinho?

O Filipe Nascimento, CFO, é uma pessoa que conheço há muitos anos, de quem sou amigo pessoal, excelente profissional, de quem eu tenho a melhor impressão a todos os níveis.

Vou contar aqui, muito brevemente, uma história: o fundo, ou a sociedade gestora, melhor dizendo, na altura em que falámos, das várias vezes que falámos, disse-nos: «Você escolhe quem quiser, indica quem

quiser, não temos nada a ver com isso, só há uma área para a qual queremos indicar alguém da nossa confiança.» O que é óbvio. Não me surpreendeu.

Passaram algumas semanas e eles ainda não tinham ninguém e perguntaram: «Você tem alguém?» E eu disse: «Sim, tenho. Tenho uma pessoa.» Mandeí o currículo desta pessoa. E eles disseram: «Muito bem, se você acha capaz, com certeza que sim, será ele.

Quanto ao Diogo Agostinho, fui eu que o escolhi, já o conhecia há muitos anos, sabia que ele tinha feito um bom trabalho onde estava, a vender aquilo que se chama eventos e projetos especiais, etc. — que é uma coisa de que nos faltou falar aqui, mas, enfim... — e eu convidei-o para...

**Vozes:** — E porque é e que ele saiu?

**O Sr. José Paulo Fafe:** — Porque é que ele saiu?

Sr.<sup>a</sup> Deputada, ele saiu pelo que foi dito... Não vale a pena estar a repisar muito nisso. O Diogo Agostinho saiu porque, do meu ponto de vista e do ponto de vista dos meus colegas da Comissão Executiva, não observou os deveres de lealdade e de confidencialidade que o cargo de administrador de um grupo editorial como o Global Media exige.

E por aqui, desculpe dizer-lhe, ficamo-nos, Sr.<sup>a</sup> Deputada. Está bem? Pode ser? Até porque eu conheço o Diogo Agostinho há muitos anos. É um jovem, sempre tive alguma estima pessoal por ele e prefiro que as coisas fiquem por aqui, se não se importam.

**O Sr. Presidente:** — Eu acho que ficamos bem.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Mortágua quer fazer uma interpelação à mesa sobre a condução dos trabalhos.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, apenas para dar nota de que durante vários momentos da audição, o Sr. José Paulo Fafe se disponibilizou para enviar documentação e, portanto, se puder enviá-la por sua iniciativa...

O Sr. **José Paulo Fafe**: — Relembre-me o que é, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Mortágua** (BE): — Nós faremos chegar os pedidos de documentação. Era só isso que queríamos lembrar.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem.

Tudo o que o senhor achar por bem fornecer à Comissão será distribuído por todos os grupos parlamentares, como sempre.

O Sr. **José Paulo Fafe**: — Com certeza.

O Sr. **Presidente**: — Quero agradecer a sua presença, de novo, em nome de todos os Srs. Deputados...

O Sr. **José Paulo Fafe**: — Eu, por mim, estava cá mais tempo, palavra de honra.

O Sr. **Presidente**: — Esta foi a audição mais longa que tivemos em todo este processo que está longe de terminar, mas, pelo menos, há uma boa notícia...

O Sr. **José Paulo Fafe**: — Espero que sim. Espero que esteja perto de terminar.

O Sr. **Presidente**: — ... hoje, que tem a ver como facto de haver uma data para pagar os salários aos trabalhadores.

O Sr. **José Paulo Fafe**: — Era bom sinal!

O Sr. **Presidente**: — Isso parece-me que é uma boa notícia.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, vamos suspender os nossos trabalhos por 30 segundos, porque ainda temos um ponto muito importante que tem de ser terminado hoje para ser enviado para os serviços para votação em Plenário.

Sr. José Paulo Fafe, muito obrigado pela sua presença.

*Eram 23 horas e 24 minutos.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.